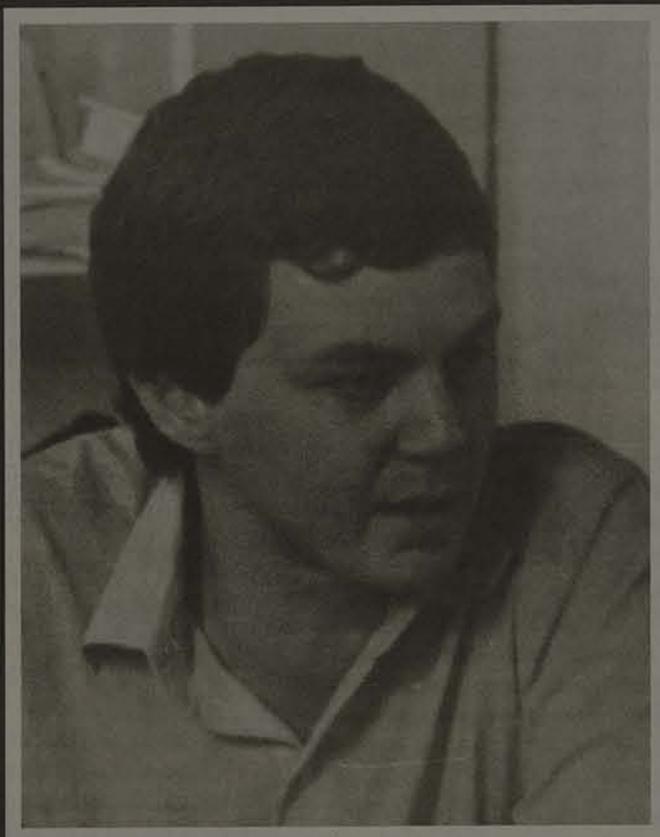


EXTRA



ZERO

Curso de Jornalismo da UFSC - Florianópolis, Julho de 2006 - Ano XXI - Número 5



DANIEL K. HERZ
(1954-2006)

TRIBUTO A UM GUERREIRO

*“Há homens que lutam um dia, e são bons;
Há homens que lutam por um ano, e são melhores;
Há homens que lutam por vários anos, e são muito bons;
Há outros que lutam durante toda a vida,
esses são imprescindíveis.”*

Bertolt Brecht

Homenagem do Curso de Jornalismo da UFSC e da Federação Nacional dos Jornalistas

TESTEMUNHOS

■ O Daniel Herz é uma figura insubstituível, principalmente nesta luta pela democratização da comunicação no país. Ele empreendeu isso há muitos anos, eu acompanho desde o início, desde que ele se formou. A tese dele, de formatura, já foi neste sentido, o tema dele era a questão dos monopólios, das estruturas oligopolistas de comunicação. E durante todos estes anos ele batalhou inflexivelmente por isso, e nos últimos anos com muito sacrifício pessoal, por causa do problema seriíssimo de saúde. Então, eu diria que o Daniel é um mártir dessa coisa. Uma figura que não tem substituição, uma grande perda para todos que batalham nesta área. Uma referência que se perde.

Elmar Bones
Jornalista, escritor

■ Seria uma hipocrisia se eu não assumisse nossas discordâncias e o afastamento nos últimos anos. Apesar disso, tenho o dever moral de reconhecer que Daniel foi um dos três mestres que tive na minha formação acadêmico-militante... Conheci o Daniel ainda como estudante, mas nosso contato aumentou muito dentro do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (a grande paixão do militante Daniel Herz). Questões como a digitalização, o cenário de convergência tecnológica e o inovador conceito de "rede única e pública" foram vistos por ele antes de qualquer outro no Brasil. De Daniel vou guardar a indignação (sem jamais perder a educação), o humor discreto, a dedicação germânica ao trabalho, a inteligência arguta e o desprendimento com que largou a herança empresarial da família para se dedicar à democratização da comunicação. Foi uma honra tê-lo conhecido e tenho certeza que sua jornada não terminou.

Gustavo Gindre
Jornalista

■ Eu tive um privilégio na vida, que foi ter iniciado minha carreira acadêmica pós-doutorado, numa circunstância do destino que foi decisiva para mim, em que eu orientei a tese de mestrado do Daniel. E assim eu conheci o Daniel Herz. Numa condição que até hoje eu não sei se eu fui orientador dele ou se ele me orientou. Porque a partir dali, daquele trabalho que nós fizemos juntos, que gerou a dissertação dele, pela Universidade de Brasília, que gerou o livro A história secreta da Rede Globo, que é o primeiro capítulo da dissertação de mestrado dele, talvez eu tenha passado a orientar o meu trabalho acadêmico, e que foi feito sempre ao lado dele e com ele, na militância do movimento pela democratização da comunicação, no período da Constituinte, em 1987, 1988, na histórica jornada da TV a Cabo, mais recentemente, e todas as jornadas posteriores e atuais, então eu devo, como pessoa e como acadêmico, muito ao Daniel, apesar de, na aparência, ter sido uma relação em que eu seria o orientador e ele o orientado. Eu tenho um carinho enorme pelo ser humano, pela pessoa que o Daniel era. Ter sido amigo do Daniel, é uma das circunstâncias da minha vida que eu vou guardar com mais carinho no meu coração.

Murilo César Ramos
Jornalista, professor da UnB

■ Levo do Daniel uma herança que não se pode sintetizar em palavras. Era uma das pessoas mais indignadas que eu já conheci, uma das pessoas que mais respeitava o ser humano. Conhecia a condição humana e, um amigo e companheiro, porque lutava com a gente, era solidário. Porque dividia o pão com a gente, muitas vezes. E cada um dos que estão presentes aqui, eu acho, tiveram respeitadas as peculiaridades, mas estava sempre a exigir que fôssemos melhores. Era um camarada. As pessoas tinham suas vidas modificadas depois que conheceram o Daniel, pela força do seu caráter, pela sua retidão e pela dedicação com que ele se jogava, em todas as tarefas, em todas as dimensões.

Pedro Osório
Jornalista, professor da Unisinos (RS)

Daniel liderou o movimento por uma educação de maior qualidade nos cursos de Jornalismo

Eduardo Medistch

Quando Daniel Herz se afastou do Curso de Jornalismo da UFSC, em 1984, muitos acreditaram que aquela revolucionária experiência pedagógica estaria encerrada. Subestimaram muita gente: a que ficou, a que entraria depois... Mas subestimaram principalmente o próprio Daniel. Como em tudo o mais que ele fez na vida, aqui deixou marcas profundas: modificou a realidade e as pessoas a sua volta, fez valer a influência de sua militância incansável na definição de críticas, estratégias, concepções, atitudes, e aí estão elas — nas realizações e no reconhecimento nacional do Jornalismo da UFSC — quase um quarto de século depois.

Foi Daniel quem mais enfaticamente propôs, já em 1980, que havia condições de se iniciar aqui uma nova experiência no ensino da comunicação. Mas não seria ele se não apontasse já o caminho: "a um só tempo, seria preciso criticar as tendências conservadoras e arcaicas do ensino da comunicação no Brasil, inventar um novo curso e lutar contra as limitações e a burocracia da universidade para transformá-lo em realidade".

Daniel pensava grande, não propunha só "um novo curso", queria construir aqui "uma nova Escola": criticava a desarticulação entre teoria e prática no currículo de comunicação e apontava a necessidade da busca de "uma ontologia fundadora, que proponha um estatuto para a abordagem científica da comunicação que lhe distinga entre as ciências sociais e humanas". Para isso, seria necessário que o curso optasse coletivamente por uma linha de investigação e que todos os professores se dedicassem à reflexão teórica.

Com o apoio de Adelmo Genro Filho, trazido a UFSC por insistência de Daniel, a linha encontrada foi a da especificidade do jornalismo como forma de produção de conhecimento. E a reflexão coletiva do departamento começou a fazer escola aqui e em todo o Brasil.

Para chegar a tanto, é claro, lá estava Daniel, já fora da UFSC, mas sempre militando, agora na Fenaj: foi ele quem redigiu o Programa Nacional de Estímulo à Qualidade da Formação Profissional dos Jornalistas, que seria aprovado no Congresso Nacional dos Jornalistas em Vila Velha em julho de 1997. E foi o principal autor do texto final das Diretrizes Curriculares para o Ensino de Jornalismo, no histórico seminário da área realizado em 2000 em Campinas.

Daniel puxava os estudantes (a Enecos que o diga), e aqui entregou a eles a responsabilidade de dirigir o curso junto com os professores, em uma experiência inspirada no Maio de 68, que durou mais de dez anos no Jornalismo da UFSC e foi inédita no Brasil. Daniel empurrava os professores, fazia os práticos estudarem e os teóricos se preocuparem com a prática. Daniel queria ampliar os horizontes de todos e fez a categoria profissional olhar para a Universidade e a Universidade olhar para o mundo real.

Daniel não veio ao mundo a passeio, veio para transformá-lo. Sob a sua liderança, o Jornalismo da UFSC entrou nas lutas pela democracia na sociedade, na universidade e na comunicação. Ao longo de sua história lutou contra a ditadura militar, contra o peleguismo na categoria, contra o monopólio privado na mídia, contra o autoritarismo e o conservadorismo acadêmico. Lutou e continua lutando para afirmar a especificidade do jornalismo como produção intelectual, para obter o seu reconhecimento como disciplina científica e para garantir a qualidade da sua formação profissional.

Com o exemplo do Daniel, aprendemos a ser como os "irredutíveis gauleses" de Asterix, tanto dentro da UFSC, como na comunidade acadêmica da área. Nadamos contra a corrente nesses anos todos. Nos orgulhamos muito disso. Daniel Herz continua a dar o tom por aqui.

Jornalista e coordenador de Ensino do Curso de Jornalismo da UFSC

ZERO

ANO XXI — Nº 5 — JULHO/2006 — Jornal-laboratório do Curso de Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina **Apoio:** Célia Stadnik, Cesar Valente, Epcom, Fenaj, Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação, LabFoto, LabInfografia, LabRádio, LabVídeo, Professores Fernando Crócomo, Ivan Giacomelli, Maria José Baldessar, Tattiana Teixeira, Valci Zuculoto Sindicato dos Jornalistas Profissionais do RS **Colaboração:** Celso Schröder, Eduardo Medistch, Francisco Karam, James Górgen, Pedro Luiz Osório, Tau Golin **Direção de Arte e Redação:** Professor Ricardo Barreto **Edição:** André Vendrami, Luna D'Alama, Rodrigo Schmitt, Suzana Steil (Sênior) Diogo d'Avila, João Grandó, Lucas Pereira, Luciana Ribeiro, Maíra Flores, Roberto Saraiva **Editoração eletrônica e tratamento de imagens:** André Vendrami, Rodrigo Schmitt **Fotografia:** CeDoc Zero, Daniela Cucolicchio, Ivan Giacomelli **Laboratório Fotográfica:** Thiago Neris **Serviços editoriais:** e-Fórum Especial, Observatório da Imprensa, www.acessocom.com.br, www.canaljustica.jor.br, www.senado.gov.br, www.unisinos.br **Textos:** André Vendrami, Diogo d'Avila, João Werner Grandó, Lucas Pereira, Luciana Ribeiro, Luna D'Alama, Maíra Flores, Roberto Saraiva, Suzana Steil **Impressão:** Diário Catarinense. **Redação:** Curso de Jornalismo (UFSC-CCE-JOR), Trindade, CEP 88040-900, Florianópolis, SC, Brasil **Telefones:** 55(48) 3331-6599, 3331-9490, 9991-9215 **Fax:** 55(48) 3331-9490 **Site:** www.zero.ufsc.br **Circulação:** Nacional, gratuita e dirigida **Tiragem:** 5.000 exemplares **Fechamento:** 6h01min de 30 de junho de 2006



Melhor Peça Gráfica
I, II, III, IV, V e XI Set Universitário - PUC-RS
88, 89, 90, 91, 92 e 98



3º Melhor
Jornal-laboratório do Brasil
ExpoCom 94

Melhor Jornal-laboratório
1 Prêmio Foca
Sind. dos Jornalistas de SC - 2000

Várias batalhas pela democracia

Companheiro de jornada destaca legado de ativista preocupado com questões sociais

Pedro Luiz S. Osório

"Há homens que lutam um dia, e são bons;
Há homens que lutam por um ano, e são melhores;
Há homens que lutam por vários anos, e são muito bons;
Há outros que lutam durante toda a vida,
esses são imprescindíveis."

Bertolt Brecht

O poema acima é tão conhecido quanto é difícil apontar alguém que o mereça como possível epítáfio. Daniel Herz foi um desses homens. Diplomado em Jornalismo pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos no ano de 1977, é seu filho mais brilhante. Falecido em 30 de maio de 2006, aos 51 anos, morreu vítima de um câncer de medula que o acometia há seis anos. Lutou com tenacidade pela vida. Mesmo durante a doença manteve-se ativo, exercitando a extraordinária força de vontade que o distinguia. Homem de posses, usou-as na luta pela democracia, especialmente na democratização da comunicação, causa que nunca abandonou.

Praticou o jornalismo na grande imprensa e na imprensa alternativa – como nos jornais Movimento e Informação. Militou no extinto Partido Revolucionário Comunista. Filiou-se ao Partido dos Trabalhadores e, como secretário de Comunicação do Governo Municipal de Porto Alegre implantou na Prefeitura, no primeiro governo daquele partido, uma estrutura de comunicação revolucionária, à qual se deve boa parte dos bons resultados obtidos pela Administração Popular.

Mestre em Comunicação pela Universidade de Brasília, da sua dissertação resultou o clássico A história secreta da Rede Globo, que atingiu 14 edições. No livro, relatou e documentou os métodos historicamente antidemocráticos utilizados nas concessões dos canais de rádio e televisão e demonstrou como a Rede Globo construiu o seu monopólio ao arrepiar da lei, apoiada pela ditadura militar e a ela servindo. Contribuiu na implantação do Curso de Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina, do qual foi chefe e professor. De lá desencadeou, na década de 1980, as lutas por uma informação democrática, mobilizando alunos e professores, introduzindo no cenário universitário uma postura comprometida com a realidade cultural e comunicacional brasileira e latino-americana.

Universidade e políticas públicas - Deixou a vida universitária para dedicar-se, às suas custas, à construção de políticas públicas de comunicação. Insatisfeito com a placidez e a incoerência das pesquisas acadêmicas na área da comunicação, conseguiu criar, na Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares de Comunicação (Intercom), o Grupo de Trabalho Políticas de Comunicação.

Foi um dos principais dirigentes da Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj), que lhe deve as suas melhores formulações, entre as quais o Programa de Estímulo à Qualidade de Ensino de Jornalismo. Liderou a organização e a fundação do Fórum Nacional pela Democratização da Comu-



Intervenção em assembléia da greve de 100 dias dos professores das universidades públicas em 1983

nicação (FNDC), implantando centenas de comitês regionais e municipais por todo o País, disseminando a luta por uma comunicação democrática.

Enfrentou a tradicional postura denunciadora que caracterizava essa luta, travando-a com base no diálogo aberto, plural e na conceitualização precisa. Sustentava que "a luta pela democratização da comunicação é um esforço sem fim previsível, pois as novas tecnologias e a complexidade das relações humanas sempre criarão novos desafios e novas lutas". Não se tratava, portanto, de impor uma comunicação "popular" (como se ela representasse a "verdade"), nem de tomar o poder e "inverter" o sinal do discurso emitido (como se o nosso discurso fosse, inquestionavelmente, o "verdadeiro"). Mas se tratava de construir um equilíbrio entre as variadas demandas e tensões, assegurando o controle social sobre os meios e garantindo as múltiplas expressões da sociedade. Para isso era preciso uma política pública de comunicação.

Daniel catalisou as discussões sobre as novas tecnologias de comunicação, especialmente a televisão a cabo, cuja legislação articulou e formulou mediante uma intensa interlocução com os setores empresariais e sociais. Deve-se à chamada "lei do cabo" as TVs de caráter público, como as legislativas (Câmara, Senado, Assembléias e Câmaras Municipais), as universitárias e as comunitárias. A primeira TV comunitária do País foi, aliás, instalada em Porto Alegre, sob a sua liderança.

Comunicação democrática - Do FNDC também resultou a instalação, em 2002, do Conselho de Comunicação Social, órgão consultivo do Congresso Nacional que ele integrou, criado pela Assembléia Nacional Constituinte – onde igualmente atuou, representando a Fenaj e buscando incluir, na Constituição de 1988, dispositivos benéficos à comunicação democrática.

Fundou o Instituto de Estudos e Pesquisas em Comunicação (Epcom), publicando diariamente o boletim eletrônico AcessoCom, especializado em comunicação. Sua principal preocupação era a de transformar os complexos conceitos da comu-

nicação em notícias e análises acessíveis à cidadania. Em 2001, o AcessoCom recebeu o prêmio Luiz Beltrão de Ciências da Comunicação – Categoria Grupo Inovador, atribuído pela Intercom.

Nos últimos anos dedicou-se aos temas relacionados à digitalização, com ênfase na televisão. A partir do Epcom (onde constituiu um sólido banco de dados aberto a todos os interessados), do FNDC e da Fenaj, junto com outras entidades, Daniel vinha lutando pela adoção de uma plataforma tecnológica condizente com as demandas culturais e estratégicas do País.

Daniel foi um homem de pensamento e de ação. Intelectual, pesquisador, militante, ativista, sindicalista, conferencista chamado a todos os cantos do País, revolucionário, colocava o conhecimento acima da ideologia e fez da sua vida uma obra (da qual este texto dá uma pálida idéia) que, sabe-se, sintomaticamente não era considerada "acadêmica" em alguns ambientes universitários – embora ninguém tenha ousado sustentar publicamente tal afirmação. Daniel fez pelo Brasil mais do que centenas de pesquisadores supostamente comprometidos com uma "visão crítica".

Tive o privilégio e a honra de com ele trabalhar e conviver, de desfrutar da sua amizade e da sua presença. Devo-lhe, como muitíssimas outras pessoas, lições ativas de retidão, honestidade, solidariedade e amor ao próximo. São muitos (nunca saberemos quantos) os homens e mulheres que receberam o seu apoio material e intelectual e foram alvos de sua interessada atenção.

Daniel foi um camarada – no sentido que os lutadores das causas sociais atribuíam a esse termo –; foi um companheiro, solidário; foi um amigo amoroso que dividia o pão. Nestes tempos de exacerbação da individualidade e de renovada exploração do homem pelo homem, seu nome será lembrado pelos seus gestos generosos e comprometidos, pelo que disse fazer e fez. Quem de nós poderá aspirar a tanto?

No es fácil asumir que Daniel Herz no está entre nosotros. Le he dicho a mis ex alumnos y amigos brasileiros que desde la muerte de Daniel, el mundo me parece un lugar menos interesante, más hostil y con menos esperanzas. Lo conocí en el Curso de Jornalismo de la UFSC cuando el primer curso ("a primeira turma") recién se había incorporado. Y los que hacían posgraduación en Brasília (Cesar Valente, Luiz Lanzetta) invitaron a un colega, Daniel, a un debate sobre TV por cable. Y allí vi por primera vez a ese vehementemente joven gaúcho, apenas mayor que un colegial, atacar la concentración del poder de los medios de comunicación con una pasión que solo había vivido en mis días de Unidad Popular en Chile, cuando nos sentíamos haciendo la Revolución total. Los años de París, de Río de Janeiro y Florianópolis me habían acostumbrado a un mundo académico con mayor "distancia crítica", receloso y bien comportado, razón sin compromiso emocional. La forma como ha evolucionado la historia de Chile – y también la de Brasil –, me ha enseñando cuanto razón tenía Daniel Herz por luchar por metas intermedias pero estratégicas, sin perder de vista un proyecto de sociedad, aún en contextos adversos. Y luchar por ellas con toda la fuerza de la razón y el corazón. Más tarde, ambos hicimos concurso en la UFSC y ambos comenzamos a leccionar en el Curso de Jornalismo. Fueron tres años compartiendo el día a día con los alumnos, tres años de discusión y polémica diaria, de lecturas conjuntas, de acuerdos y discrepancias, de viajes a Seminarios de Intercom, de Abepec, una cierta sociedad intelectual, mediada por el compromiso político y una alta dosis de buen humor. Aprendí de Daniel Herz y Daniel aprendió de mí, y ambos aprendimos de los alumnos, los amados alumnos, que eran parte de nuestra identidad como profesores y como personas. Curiosamente, de Daniel tengo algunos recuerdos contradictorios: como me rei cuando elaboró la teoría de la "banana reheada" que vendían en la UFSC y que tenía el "recheio" en la parte exterior de la fruta ("¡Solo en Florianópolis!"); O como me indigné cuando discutimos si el concepto de "comunidad" era teóricamente correcto. Fue dolorosa la despedida en la Rodoviária cuando regresé Chile sola con mi hijo. Y todo el grupo del Curso de Jornalismo despidiéndome y agitando sus manos. Allí no solo quedaba Daniel, también Valente, Kanitz, Lanzetta, mis colegas y amigos; los alumnos de la "primeira turma", que lleva mi nombre y el de Daniel. Quedaban ocho años de mi vida, de trabajo comprometido junto a mis amigos y amigas brasileiros, como una ciudadana más, oportunidad que siempre les he agradecido y agradeceré. Volví a ver a Daniel Herz muchas veces y siempre luchaba una nueva batalla: el Forum por la Democratización de la Comunicación, una Fundación, una empresa, una elección política... salvar su propia vida. Pero siempre hubo un nuevo juego que compartir: el primer computador, el acceso a Internet, el montaje de una página web. Esa noche de 1983, cuando el omnibus salió hacia Porto Alegre, donde tomaría el avión a Chile, no lloré, tenía que guardar energía, rebecerme un lugar en mi país, una democracia que conquistar, un sistema de comunicaciones begemónico que criticar. Pero ahora sí lloro, porque sin Daniel Herz en el mundo, toda tarea se torna más difícil.

Maria E. Hermosilla

Jornalista, professor da Unisinos

Professora

Professor exigente e motivador

Nas aulas, incentivava os alunos a exercer jornalismo cidadão e engajado politicamente

Daniel Herz foi professor do Curso de Jornalismo da UFSC entre 1981 e julho de 1984. Com a ementa de disciplina feita na máquina de escrever elétrica, o professor entregava no começo do semestre a lista de textos que os alunos precisariam ler. Eram inúmeros textos difíceis, pesados e que exigiam mais de uma leitura, às vezes três. Muitos deles em inglês ou espanhol, em uma época em que poucos estudantes entravam na universidade falando um segundo idioma. Eram "textos além da compreensão dos alunos", avalia a ex-aluna Maria José Baldessar.

Não só exigia leitura de textos escritos em outras línguas, como também motivava os alunos a lerem livros no idioma original. Certa vez, ao ver Baldessar lendo *Cem anos de solidão*, falou "tem que ler em espanhol". Lá foi a aluna atrás do original e com a ajuda de Maria Elena Hermsill, chilena e também professora do curso, leu a obra sem perder nenhum detalhe que muitas vezes torna-se mais pobre na tradução. O professor, além dos incentivos, também emprestava aos estudantes livros de difícil acesso durante a ditadura.

As aulas de Teoria da Comunicação começavam pontualmente às 7h30 da manhã e quem não estivesse lá a essa hora, levava falta. Logo depois, era o momento do sorteio, quando o professor pegava seu pote de maionese com tampa amarela e retirava de dentro o nome de um aluno. Este seria o responsável por conduzir a discussão do texto lido, que podia ser de Walter Benjamin a Adorno ou Néstor García Canclini, considerados autores complexos para quem acabava de entrar em uma universidade. Porém, Herz não era arrogante, e estava sempre disposto a ajudar o aluno a compreender a leitura, mais que isso, "motivava e instigava a curiosidade", lembra Antonina Santiago Silva.

Também exigia análise de conjuntura da realidade. A aula era segunda de manhã, e no domingo os alunos precisavam ler a *Folha de São Paulo* inteira para durante a aula discutirem o que tinha acontecido no país e projetar o que poderia acontecer nos próximos sete dias. O professor, que sempre se preparava para as discussões, dividia, muitas vezes, a sala de aula com a professora Maria Hermsilla, o que enriquecia o debate. Herz acabou de concluir o mestrado na Universidade de Brasília quando começou a lecionar, com apenas 26 anos. Mesmo jovem, tinha uma enorme bagagem intelectual, dominava todos os assuntos abordados em aula, as quais eram embasadas teoricamente. Para Ivan Giacomelli, então aluno e hoje professor do Jornalismo da UFSC, ele era um "garotão que sabia muita coisa. Um exemplo por ser jovem e saber muito, motivava a gente a querer ser algo, se esforçar", lembra.

O professor também colocava em discussão a presença dos alunos em uma universidade pública e gratuita. Acreditava que por isso, os estudantes deveriam fazer algo socialmente relevante e importante, uma prestação de serviço, mesmo porque era ele engajado na luta pela transformação social. Valorizava, junto com os professores da época, o lado social do jornalismo. Incentivava que os alunos conhecessem o interior do Brasil e da América Latina e que fossem trabalhar nesses lugares, que fizessem jornalismo onde realmente era preciso, não apenas nas grandes metrópoles. Também valorizava o homem e ensinou os alunos a pensarem de forma crítica. "Depois do Daniel, nenhum aluno ficou igual (ao que era antes)", diz Antonina Santiago. Para sua colega Maria Alzira Brum, ele não se preocupava só em passar informações, mas em formar os alunos "como gente".

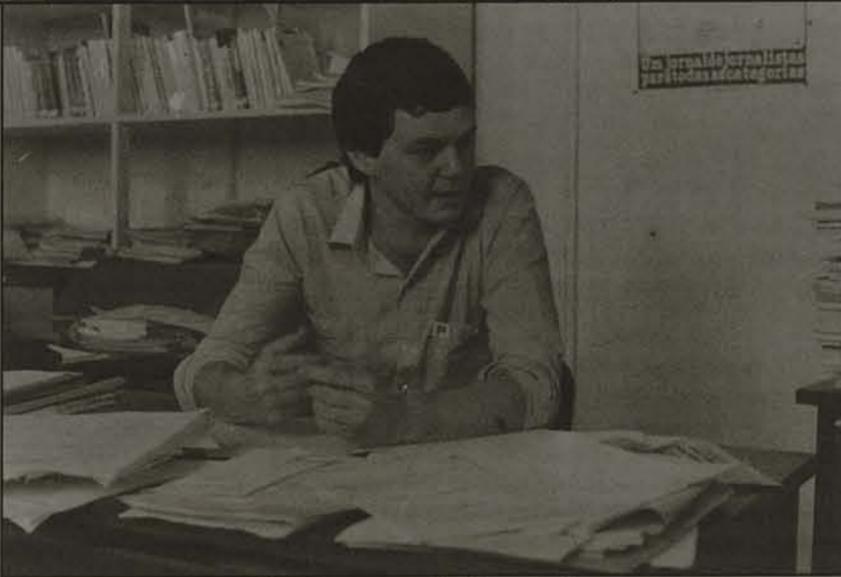
Exigente, era franco e fazia uma avaliação dura, mas que fazia com que os alunos fossem mais rígidos com si próprios, conta a estudante da época Márcia Estela Barentin da Costa. Era um "cara que dava no couro da gente, alguns (alunos) reclamavam, mas depois viram o valor", completa Aderbal da Rosa Filho.



Fotos: Carlos Zano



Ivan Giacomelli - Arquivo Zano



Fora de aula, a informalidade o transformava no DJ oficial de todas as festas, como a dos formandos da turma Diretas Já (1984), segunda graduada em sua gestão

Além de passar para os estudantes um grande volume de informação sobre Teoria da Comunicação, Herz também os influenciava politicamente. Associava a militância política ao jornalismo, achava que os alunos deviam exercer um jornalismo engajado na política, mas não em um partido. Muitos professores o criticavam dizendo que suas aulas eram uma "fábrica de marxistas". Porém, os alunos discordam até hoje. Ele "deu para os alunos um norte político para seguirem", diz Baldessar.

Foi Herz quem levou aos estudantes a discussão sobre democratização, em um momento em que a ditadura começava a ceder mas que poucos falavam no assunto. O professor não só discutia os assuntos, como também tentava colocá-los na prática. Além de lutar pela democratização do país

e dos meios de comunicação, Herz estruturou as bases da democracia no Curso de Jornalismo. Sugeriu, junto com os alunos, e incentivou a implantação do inédito Conselho Paritário e das eleições diretas para os cargos de chefia do curso.

O Conselho foi, em 1981, o primeiro caso no Brasil de uma escola onde alunos, professores e servidores tinham igualdade de voto na hora de decidir o rumo a seguir. A participação de todos anulava a fragmentação dentro da universidade, imposta pelo governo durante a ditadura, que às vezes acabava com a organização e mobilização estudantil. Assim, o professor colocava em prática seus ideais, criava uma idéia de um "soviete estudantil", como diz o ex-aluno Valmeron de Bona.

Sua luta pela democratização também aparecia nos encontros de comunicação da época. No Enecom (Encontro Nacional dos Estudantes de Comunicação) de 1980 realizado em Curitiba, foi como delegado do grupo. Passando por aluno, defendeu seu livro *Os estudantes de comunicação e a radiodifusão brasileira* na reunião estudantil. Sempre articulado, incentivava todos a participarem dos encontros. Cerca de quinze dias antes da realização deles, reunia os alunos para debater propostas e definir a posição que os estudantes de Jornalismo da UFSC defenderiam. O curso era um dos poucos que chegava nos encontros com uma proposta, sempre baseada nos subsídios teóricos fornecidos por Herz duas semanas antes. Durante os eventos, participava de todas as mesas de discussão e de todas as festas. Não se importava em ficar no alojamento junto com os estudantes, mesmo tendo condições financeiras para se hospedar em um hotel cinco estrelas.

Também não se importava de viajar horas dentro de um ônibus quando podia pagar passagens aéreas. Na volta de um encontro da UCBC (União Cristã Brasileira de Comunicação Social) na Bahia, Herz fez com que as horas passassem mais rápido contando piadas e histórias de assombração. Criou ao vivo uma novela em capítulos sobre amor, traição e assassinato. Muito criativo, ia contando e escrevendo. Tudo era improvisado, mas de uma forma extremamente inteligente, "bem sacado", como lembra Ivan Giacomelli. E alguém sugeria algo que mudava o rumo da história, e ele seguia a idéia, sem deixar a trama cair. Giacomelli compara esse momento ao que Nelson Rodrigues fazia ao ver que alguém havia escrito algo e mexido em sua trama deixada em cima da mesa da redação. Ria e a continuava no rumo em que a pessoa, que havia se intrometido, abandonara o texto.

Herz não se limitava a ser professor. Participava ativamente da vida

universitária, indo a todas as festas e encontros dos alunos sempre de bom humor. A aluna Maria Alzira Brum conta que na época não era comum a relação de amizade entre professor e alunos, que Herz mantinha com os estudantes. Sabia o nome de todos e se preocupava não só com a formação intelectual deles, mas até mesmo com os problemas pessoais.

Herz, fiel a suas idéias, deixou a UFSC em julho de 1984, quando o curso mudou de rumo frente à constatação da inviabilidade de um projeto estritamente político. Porém, como recorda Celso Vicenzi o "curso deve muito a ele (Herz), ele deu essa qualidade que o curso se orgulha de ter".

Luciana Ribeiro

Viveu e lutou como Dom Quixote

Amigo relata momentos do jornalista gaúcho, leal e incansável em projetos e congressos

Francisco José Castilhos Karam

A última vez que vi Daniel Koslowsky Herz, em 10 de junho de 2005, almoçamos no restaurante *Gambrinus*, no Mercado Público de Porto Alegre. Conversamos sobre alguns projetos e a continuidade deles. Com o impacto de medicamentos, sentia-se momentaneamente bem e dizia ter entre um ano a um ano e meio pela frente, e que seu tempo precisava ser bem utilizado. Entre a lucidez do tempo breve, a ansiedade e a euforia de estar bem naquele momento pretendia fazer o máximo no pouco que restava. Mas Daniel sempre foi assim. Acabava de dar uma palestra em encontro de jornalistas assessores de Câmaras de Vereadores de cidades do Rio Grande do Sul. A mesma determinação, vontade e desprendimento naquele dia ensolarado e frio da capital gaúcha brotavam dele, do mesmo modo que nos primórdios de sua luta política, ideológica e profissional, no início dos anos 80, especialmente quando ingressou na vida acadêmica, aos 25 anos, como professor.

Conheci Daniel em 1983 no Curso de Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina, quando prestei concurso público. Era o presidente da banca. Tinha 28 anos e já desempenhava o cargo de chefe do Departamento. Lutou muito por um departamento autônomo, defendendo a abertura de mais vagas até que houvesse número suficiente para constituir-lo. Já tinha enorme conhecimento sobre o campo das Comunicações no país e pretendia consolidar um curso de referência em jornalismo, com um projeto didático-pedagógico inovador, turmas pequenas, laboratórios atualizados, reflexão teórica substancial e envolvimento com as grandes questões de nossa época nos planos político e social.

A época, Daniel já havia se embrenhado na organização de um Encontro Nacional de Estudantes de Comunicação, de outro da Federação de Escolas de Comunicação da América Latina e de um terceiro da União Cristã Brasileira de Comunicação, que se realizaram com o apoio da UFSC. Já havia sido paraninfo e patrono. Em pouco tempo defenderia sua dissertação de Mestrado na Universidade de Brasília, que depois foi publicada, parcialmente, como o livro *A história secreta da Rede Globo*.

Lembro de Daniel nas reuniões do Conselho Paritário de alunos, professores e servidores técnico-administrativos, idéia que defendeu, implantou e que, por longos anos, especialmente na época em que se vivia a Ditadura Militar, teve papel importante nas decisões e nos projetos do Curso e do Departamento.

Lembro de Daniel em eventos como os congressos de jornalistas e os encontros acadêmicos. Lembro de suas formulações levadas à Assembleia Nacional Constituinte, algumas absorvidas pela nova Constituição Federal de 1988. Recordo de Daniel na formulação de uma Lei de TV a Cabo, na constituição do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação, proposta que, originalmente, surge por iniciativa dele e cria corpo nacional por seu intermédio, a partir de 1983 e 84, quando ainda estava na UFSC. Recordo suas participações no Conselho de Comunicação Social, pelo qual lutou.

Lembro de Daniel envolvido com a criação e permanência do Centro de Estudos em Filo-

sofia e Política (Cefip), em Porto Alegre, e com suas preocupações em elaborar teoricamente fundamentos para a atuação política e ideológica, buscando respeitados filósofos, cientistas políticos e militantes para aglutinar forças capazes de intervir e mudar radicalmente a sociedade brasileira.

Lembro de Daniel assumindo a criação do Acesso-com, que venceu o prêmio Luiz Beltrão de Ciências da Comunicação como Grupo Inovador, promovido pela Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação; e de Daniel constituindo o Epcom – Instituto de Estudos e Pesquisas em Comunicação. Lembro dele na luta ideológica e política no Partido dos Trabalhadores e no seu desencanto com a atual administração federal, de quem esperava mais e melhor desempenho. Lembro da reformulação da idéia de comunicação pública junto ao governo de Olívio Dutra, na prefeitura de Porto Alegre, em 1989, quando assumiu a secretaria de comunicação; e de sua atuação na Fundação Cultural Piratini, vinculada à TV e Rádio Cultura, durante o governo estadual gaúcho de Dutra.

Lembro de Daniel, o bom gourmet das carnes e vinhos, das picanhas e costelas, das comemorações durante os eventos, sempre presente, solidário, bem-humorado e generoso, mesmo durante sua doença, que começou há seis anos. O sabor das carnes, mesmo uma suculenta picanha, já fugiam nos últimos meses.

Lembro de Daniel estudando, lendo e escrevendo projetos e propostas, durante noites inteiras, mesmo doente. Não havia tempo a perder nem tempo posto fora. Nos últimos tempos, em seu escritório de casa, deixou vários encaminhamentos que necessitavam urgência e continuam importantes de serem retomados e seguidos.

Lembro de Daniel como aquele que poderia ter sido o ministro das Comunicações, com conhecimento de causa, e com o Poder que não teve, institucionalmente, de executar mudanças para a sociedade se enxergar melhor e participar mais qualificadamente das grandes decisões nacionais. Lembro de Daniel incansável nos últimos 23 anos. Mesmo quando teve de assumir empresas familiares, dividia-se e desdobrava-se em muitos para atender tanta demanda sem aban-

donar suas convicções. Não foram poucos os momentos em que esteve angustiado, sem transparecer, diante de tomada de decisões, como as que o levaram a sair das empresas algumas vezes e retornar às lides políticas em seu melhor sentido, com P maiúsculo.

Por sua condição familiar, poderia ter seguido outro caminho, mais confortável e seguro. Sua consciência e convicções não permitiam. Poderia ter se cercado de empresários e de ricos e vivido apenas neste meio. Mas cercou-se de lutadores e de desafios, onde foi, sem dúvida, o maior desafiante e o maior lutador. Vem-me à memória a cena imaginada por Ayrton Kanitz, um de seus numerosos amigos: "Quando vejo Dom Quixote lutando contra os Moinhos de Vento, vejo alguém de lança e a cavalo indo contra os Moinhos. Vejo sempre o Poder investindo, com sua lança, contra os Moinhos, ou seja, contra Daniel Herz".

De um ano para cá, falei com Daniel algumas vezes por telefone. Mantinha sempre uma esperança de que a evolução da Medicina pudesse ajudar e tentou as alternativas possíveis para prolongar sua vida. No entanto, consciente, metódico e disciplinado, foi organizando documentos e projetos prevendo sua ausência. Trabalhava mais em casa, perto da mulher e dos filhos. Nos últimos cinco meses, ficou nos Estados Unidos, acompanhado da esposa Célia e de alguns amigos, entre eles Bianca e Renan. De lá voltou para morrer em Porto Alegre, onde nasceu e viveu a maior parte de sua vida, no dia 30 de maio de 2006, aos 51 anos, junto da família. Semanas antes, ainda daria uma última entrevista, sobre os caminhos da TV Digital no Brasil, onde demonstrava, apesar da debilitação física, enorme lucidez analítica.

Foi lutador, amigo e companheiro. Apesar de ter adversários políticos, estes o respeitavam e ele também. Nunca o vi desleal e os enfrentamentos políticos se davam precisamente, neste campo, de forma aberta e franca. Expunha claramente suas divergências. As centenas de mensagens que chegaram à família e que percorreram sites, jornais, mídias e e-mails são o certificado de que, inesquecível, o tributo a Daniel Herz continuará por muito tempo.

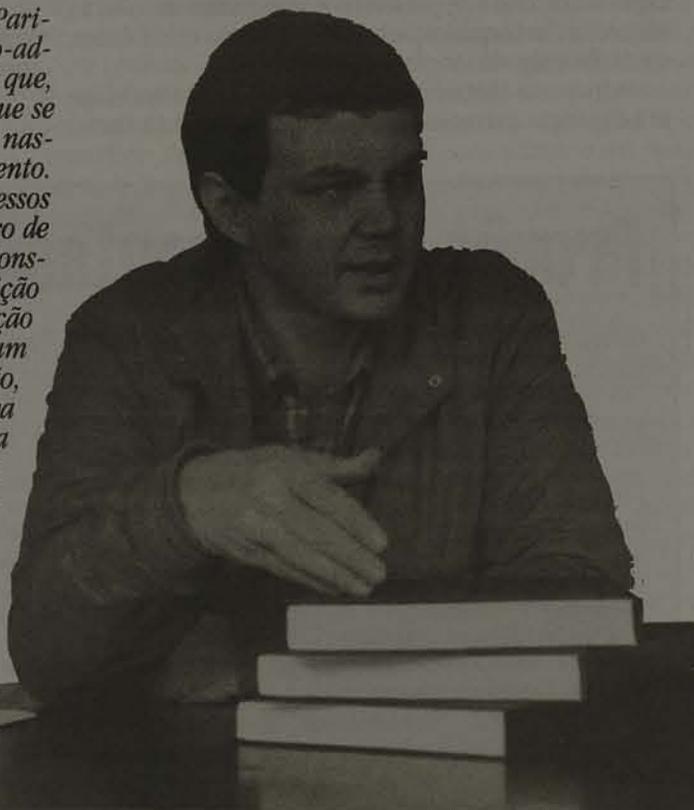
Passados alguns dias de seu falecimento, os que acompanharam sua trajetória profissional e pessoal e sua luta incansável contra o câncer reforçaram suas convicções e sentimentos. Lutou por quinhentos e jogou grande força emocional, competência e conhecimento em projetos que reverberam por todo o país e se tornam referências para mais e mais gente. E aliou consciência e militância políticas a uma profunda integridade de caráter.

Hoje, passados 23 anos desde a primeira vez em que conversamos, tenho a certeza que muito pelo qual lutou continua no presente e no horizonte de milhares de jornalistas, parlamentares, comunicadores e cidadãos em geral.

Hoje, meu sentimento é o de que Daniel continua presente nos milhares de amigos que semeou pelo país, continua nas lembranças e na convivência familiar e já se tornou um ícone da cidadania.

Apesar de sua ausência física, é história presente. As centenas de manifestações de apreço e de dor em todo o país, em diferentes recantos, e de homenagens em instituições públicas e privadas, reafirmam o tributo a Daniel Herz.

Jornalista e professor



Idéia antiga originou Lei do Cabo

Jornalista definiu normas de concessão e transmissão de canais por assinatura no país

Um dos principais líderes da história pela democratização das comunicações no país, Daniel Herz cedeu sua altivez intelectual e sua motivação política à discussão de questões importantes no âmbito nacional, como livre manifestação de pensamento, cidadania, soberania e participação pública na mídia. Na concretização de seus ideais, talvez o maior e mais dispendioso de todos os projetos tenha sido a regulamentação da TV por assinatura, através da promulgação da lei da TV a cabo, em 1995. Embora pouco registro se tenha a respeito, toda a redação da lei, assim como suas limitações e parâmetros, foram de autoria de Daniel.

O comprometimento com as novas tecnologias da comunicação começou cedo, em 1974, quando ainda era estudante de Jornalismo da Universidade Rio dos Sinos – Unisinos. Naquela época, Daniel participou da criação da Associação de Promoção da Cultura, sediada em Porto Alegre, entidade que serviu como impulsora dos assuntos relacionados à cabodifusão. Na ocasião, foi elaborado, por ele próprio, um projeto piloto de TV a cabo em Porto Alegre, que acabou não sendo aprovado pelo Ministério das Comunicações.

Continuou com participação enérgica em movimentos e associações que buscavam viabilizar as teorias discutidas na universidade. Anos depois, integrou o grupo que controlava a Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj), servindo, como lembra Armando Rollemberg, Secretário de Comunicação do Senado, de catalisador das discussões sobre novas tecnologias da comunicação. Rollemberg ainda comenta sobre a capacidade que Herz tinha de harmonizar as opiniões dos membros da Fenaj, mesmo quando discordava de algumas delas. “Ele fazia com que se chegasse a um consenso, ou que pelo menos as chapas opositoras considerassem um ponto de vista divergente. E a importância dele não parou por aí. Ele foi fundamental na luta pela democratização das comunicações no movimento da redemocratização do País que culminou com a promulgação da Constituição de 1988”, ressalta.

O movimento a que Rollemberg se referia acabou originando o Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação, o FNDC. José Paulo Cavalcanti Filho, ex-Secretário Geral de Justiça, advogado empresarial e amigo pessoal de Daniel, lembra que por toda a década de 90 e paralelamente às ações do FNDC, o jornalista se empenhou numa forma de atualizar a Lei de Imprensa e de impulsionar um regulamento que proporcionasse a inclusão da sociedade civil nos veículos de informação, de modo geral. “Tanto eu quanto Daniel entendíamos que informação era manifestação da pura democracia. Deveria haver uma forma para que o povo fizesse parte, sem maiores encargos, do que se chama de quarto poder, que hoje é a mídia”, explica Cavalcanti. E foi nesse sentido, depois de anos de estudo e negociações com o Congresso, que foi aprovada a Lei n. 8.977/95- que dispõe sobre o serviço de TV a cabo. Como Daniel Herz mesmo comentava, “a única lei brasileira totalmente negociada pelas bases da sociedade, representada pela militância do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação, e pelo empresariado, sem interferência dos deputados ou senadores”, frisa.

O texto legal prevê que o trabalho das concessionárias de televisão por assinatura se destina, principalmente, a “promover a cultura universal e nacional, o lazer e entretenimento, a pluralidade política e o desenvolvimento social e econômico do país” (art. 3º. da Lei 8.977/95). Também esclarece quem pode ser o titular da transmissão, assim como a forma em que ela deve ocorrer, e explica termos técnicos, como “cabecal”, “programadora” e “rede de transporte de telecomunicações”. A legislação trata ainda de temas relacionados ao Direito do Consumidor, uma vez que regulamenta quais são as prerrogativas e os deveres, tanto do assinante, quanto da concessionária do serviço.

A grande inovação da Lei da TV a cabo, no entanto, veio por conta da obrigatoriedade da transmissão de conteúdos específicos, que favorecem a sociedade e as atividades públicas. De acordo com o artigo 23, as operadoras têm o dever de destinar canais à prestação de serviços de caráter geral (públicos) e, gratuitamente, de reservar espaço para assuntos legislativos (Câmara dos Deputados, Senado, Assembleias e Câmaras municipais), para as universidades, para educação e cultura e, ainda, para as instituições não-governamentais e sem fim lucrativo. Cavalcanti também destaca a impor-



Herz (centro) com o ex-aluno Sérgio Murillo e Celso Schröder, que mantém ativismo do FNDC

tância que tem esse espaço para as camadas populares. “É através desses canais que vão se tornar públicas as pesquisas realizadas nas universidades, as atuações de políticos, os interesses de uma comunidade específica – o que é ideal, se pensarmos em qual é o fim da sociedade”. E conclui: “Foi tudo resultado do brilhantismo profissional de Daniel. Em todos os meus anos de profissão, nunca conheci alguém que tivesse maior interesse no coletivo do que ele. Era o único que realmente lutava pela vontade pública e não se favorecia de vantagens pessoais”.

Mas a tão comentada lei, embora bastante completa, não surtiu todos os efeitos esperados. Acabou virando foco central de estudos acadêmicos e debates políticos em função disso. Em parte, pela sua inaplicabilidade. O próprio Daniel Herz, em artigo publicado no ano de 2002, fazia as críticas: “A Lei da TV a Cabo, resultante de um inédito e democrático processo de negociação entre representantes do empresariado e da sociedade, está inaplicada. Na área das comunicações, graças às iniciativas do governo FHC, permanecemos numa terra sem lei, onde as práticas e os interesses empresariais se impõem de fato, as regras são descumpridas ou simplesmente ignoradas e o Estado se omite diante das demandas do interesse público”. Herz ainda se queixava sobre a forma de aprovação da lei votada, sem o parecer do Conselho de Comunicação Social, órgão responsável por acompanhar as ações do Ministério das Comunicações e do Senado, mas que, à época, ainda não tinha sido implantado.

Outro ponto controverso é a da fragilidade das tecnologias à disposição dos canais básicos de utilização gratuita. Como,

pela lei, esses canais não precisam pagar para a exibição de conteúdo, eles acabam perdendo vínculo com as concessionárias da TV por assinatura. Isso quer dizer que a prestadora do serviço não tem a obrigação de dispor das melhores ferramentas técnicas para os canais gratuitos. E a qualidade, claro, torna-se muito inferior que a da programação restante. Essa questão ainda traz consequências mais graves, como a procura incessante por empresas públicas ou privadas que financiem novos projetos.

Adilson Cabral, professor do curso de Comunicação Social da Faculdade Estácio de Sá, no Rio de Janeiro, não vê esses fatores como tão negativos.

Apesar de admitir que o sistema atual exclui o povo da participação na mídia por causa da falta de recursos, ele analisa que esse problema pode incentivar ainda mais os movimentos sociais. “Podemos concluir que o espaço que cabe às organizações populares será conquistado na medida de suas lutas”, afirma. Cabral também comenta que esses problemas não decorrem da forma como foi elaborada a lei, mas sim, de sua aplicação prática, e destaca aspectos positivos da legislação, como a abertura para investimento estrangeiro nas TVs pagas.

Cavalcanti ressalta que, desde o princípio, não se tinha a ilusão de que apenas uma lei fosse mudar as políticas de comunicação no Brasil. Por outro lado, coloca que as atividades do Conselho de Comunicação Social, do FNDC e principalmente de Daniel Herz, só fizeram por elevar o nível da discussão em todo o país. “Daniel mesmo estava acima da visão limitada de sindicatos e empresas, porque era o mais diligente e empenhado em qualquer assunto que envolvesse política ou comunicação”. E salienta a dimensão da perda do amigo: “ousou dizer que eu não perdi um grande irmão, mas foi todo o país que perdeu um grande líder. Não apenas porque ele entendia do processo burocrático dos movimentos e sindicatos, ou porque ele era capaz de redir lei, nem porque ele sabia o número de todas as resoluções do Conselho [de Comunicação] de cor. Mas porque ele era uma pessoa que produzia conhecimento – e muito, e fazia questão de sempre deixar esse legado para a sociedade”, finaliza.

Susana Steil

Propôs regulamentação para TV digital

Mesmo já bastante debilitado pela doença, Daniel Herz ainda conseguiu deixar por escrito um texto sobre uma de suas últimas lutas pela comunicação no Brasil. Trata-se de um esboço de um projeto de regulamentação do Sistema Brasileiro de Televisão Digital (SBTVD). Sua maior preocupação é que não se baseasse a discussão sobre esse novo sistema de televisão apenas na escolha do padrão a ser utilizado.

“O Daniel foi a primeira pessoa no movimento social a perceber que a digitalização seria um novo momento histórico para o país, não só do ponto de vista da comunicação, mas do ponto de vista da base de uma construção industrial para o país”, ressalta Celso Augusto Schröder, coordenador geral do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC).

No entanto, uma das críticas que Herz fazia era a de que o governo brasileiro atual criou um espaço público para o debate sobre o SBTVD, mas esse próprio governo o sabotou e não permitiu que a discussão avançasse. “Nunca permitiu que esse debate realmente acontecesse a partir de uma pergunta fundamental que o Daniel fazia o tempo todo, enquanto pôde, dentro desse espaço, que é: ‘Que televisão nós queremos?’. Essa pergunta nunca foi feita. O que se fez foi que o Estado moveu-se e promoveu pesquisas muito interessantes, muito importantes, mas apenas a partir de uma visão tecnológica”, afirma Schröder.

O projeto que Herz propôs tem como meta garantir – nos moldes da lei que regulamenta a TV a cabo, também de sua autoria – as possibilidades de acesso a canais públicos e de modifica-

ção da disponibilidade de canais, ou seja, não amarrar a disponibilização do espectro às garantias já existentes hoje nas condições analógicas. E, principalmente, garantir que essa mudança se dê no máximo da sua potencialidade de convergência. Enfim, que o decreto que o governo Lula editou no começo do mandato fosse efetivamente cumprido. De acordo com Schröder, o documento ainda não foi tornado público porque está sendo discutido pelos membros do FNDC. “Estamos ainda debatendo entre nós, porque foi o último esforço do Daniel, em vida, já feito em um momento muito delicado de saúde para discutir sobre esse plano. Nós estamos discutindo com muito cuidado para que ele tenha eficiência e força de atuação”, conclui.

André Vendrami

Obra desvenda acordos da Globo

Parceria com Time-Life, a CPI, o poder ilimitado dos Marinho e a relação com a ditadura

Tau Golin

Falar de Daniel Herz no momento trágico de sua morte desencadeia lembranças densas e significativas. Daniel remete a Adelmo Genro Filho. Com eles formei o trio diretamente responsável pela publicação de A história secreta da Rede Globo. Obviamente, o título apenas é o momento de encerramento de um processo que passou por diversas pessoas, muitas delas conheci apenas por nome, mas que estavam incorporadas na densa pesquisa do Daniel.

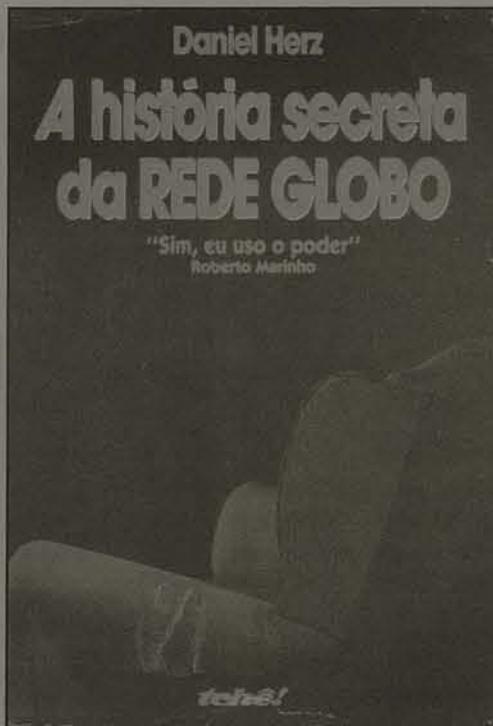
Em 1986, havia abandonado programa de rádio, trabalho jornalístico e emprego público de "ateiro" da Câmara de Vereadores em Santa Maria, e me transferido para Porto Alegre para assumir a gerência gráfica da Editora Tchê. Em pouco tempo estava funcionando também como editor, responsável pela edição mensal de aproximadamente dez livros. Com uma política editorial que ia da literatura gaúchesca ao pensamento crítico, a editora começou a elaborar coleções e publicar textos sobre o que havia de melhor na inteligência brasileira e latino-americana.

O Adelmo já havia saído de Santa Maria, onde tínhamos convivência diária; fui também seu assessor na câmara de vereadores e militávamos no PRC. Até a sua morte, praticamente publiquei todos os meus textos depois de exaustivas conversas e debates com ele, em especial, Bento Gonçalves, o herói ladrão, A ideologia do gauchismo, Por baixo do poncho e A tradicionalidade, sem que isso lhe atribua responsabilidade pelo produto final.

Em Florianópolis, juntamente com o Daniel e outros colegas, o Adelmo passou a integrar um grupo de pensadores que balizaram o ensino e os debates sobre a comunicação. Entretanto, coincidindo com meus primeiros meses na capital rio-grandense, licenciados da UFSC, os dois amigos também estavam em Porto Alegre para projetos individuais e complementares. Em um grupo pequeno formouse a convicção de que dois cérebros privilegiados e disciplinados deveriam privilegiar atividades de produção intelectual. O Daniel tinha recursos. O Adelmo dependia do salário de professor universitário. Para mantê-lo foi formado um pequeno consórcio de amigos, que contribuíam mensalmente.

No caldo dessa inquietação teórica, foi criado o Centro de Estudos de Filosofia e Política - Cefip. Com o suporte, em especial, dos camaradas "beréticos", montamos uma sede, ministrávamos cursos regulares "introdutórios" e "avançados" e congregávamos atividades de conjuntura. Faziam parte do núcleo mais frequente de "professores" também o Sérgio Weigert e o Tarso Genro. Parte do sumário e da produção do período, principalmente depois da morte do Adelmo, o Daniel organizou no site <http://www.adelmo.com.br/>.

Para o Cefip, na verdade, convergiu uma densidade teórico-política manifestada pela produção intelectual de nosso pequeno grupo. A sua idéia em 1986 é, igualmente, o marco de uma constante produção. Do Adelmo, editei os livros: Marxismo, filosofia profana (1986), Fazendo o amanhã - partido de vanguarda, política revolucionária e crítica da economia (1987), Contra o socialismo legalista (1987) e O segredo da pirâmide - Para uma teoria marxista do jornalismo (1987). Pela Brasil Deba-



Livro que lembrou o país que houve a CPI da Globo

tes, de São Paulo, ainda saiu Filosofia e práxis revolucionária - Karl Marx, Friedrich Engels, Ernest Bloch e Karl Korsch (1988). Associa-se ainda a estes livros vários artigos e ensaios publicados em revistas e jornais, e uma produção inédita indicada no site, infelizmente interrompida em fevereiro de 1988, com sua morte repentina.

Nas conversas com o Adelmo em 1986 e 1987, comentávamos as "descobertas" do Daniel sobre a Globo em seu trabalho de mestrado e em sua pesquisa posterior. Opinávamos que era uma "injustiça" o estudo ficar confinado ao meio acadêmico e a especialistas. A natureza do trabalho obrigara o Daniel a se cercar de garantias, comprovando sua abordagem com excessivas provas, documentos em série e cruzados. Tal metodologia em um indivíduo metódico (que chegava às raias da irritação) transformou-se também em um dos trabalhos mais substanciais, de responsabilidade acadêmica, convertendo-se igualmente em orientação de método. Eram calhamaços de textos, análises cruzadas com relações de documentos transcritos. Em suma, a dissertação possuía o texto do Daniel, com longas notas de rodapé, acompanhado de volumes de anexos com a documentação mais substancial, fora o que ele tinha ainda em seu arquivo.

"Dá um livro fantástico", argumentávamos, estimulado pelo "espírito cefipiano". O Daniel pensava nisso, mas o produto final não aparecia. Existiam medos de retaliação, além da incerteza de encontrar uma editora. Entretanto, em razão da minha posição na Tchê acenando com a viabilidade da edição, resolvemos fazer uma carga sobre ele. Coube ao Adelmo centrá-lo no projeto e removê-lo de sua variada e constante agenda.

Mas o tempo passava e nada de aparecer o livro sobre a Globo. Eu ligava, cobrava; inventava que já havia programado nos lançamentos futuros; o Adelmo fazia o corpo-a-corpo. E o Daniel no meio do tiroteio de seus compromissos e da pressão dos dois amigos! Com alguns golpes baixos, discursávamos sobre a sua "responsabilidade histórica", digamos, seu calcanhar-de-aquiles.

Ao cabo, certo dia, o Adelmo e o Daniel apareceram na editora. Colocaram alguns volu-

mes em cima da minha mesa. "Está aqui o material". Queriam uma análise preliminar de editoria para o Daniel trabalhar mais "objetivado".

Era uma pilha que dava para se esconder atrás. Mergulhei naquele paredão. Durante semanas reservava várias horas para o "entulho" do Daniel. Depois de lê-lo, percebi a existência preliminar de um livro. Necessitava-se apenas descarnar e fazer poucos retoques. O tronco, a história da Globo e da comunicação brasileira já estava pronta. Tratava-se apenas de copidesque de estilo, sem mexer em estrutura.

Além disso, tínhamos que escolher entre as fontes alguns documentos para publicar em anexo preservando a densidade da pesquisa, sua seriedade. Os documentos teriam um efeito de credibilidade especial no público. O livro também precisava ter uma inserção conjuntural, demonstrando o poder camaleônico de Roberto Marinho e seu lugar tático na Nova República. Em suma, demonstrar continuidade a uma política estratégica coerente com sua gênese e história.

Editorialmente, era necessário escrever um capítulo que funcionasse como um portal. A partir da conjuntura, isso é, das atividades "de poder" da Globo naquele instante, o qual estava no senso comum como sentimento de "rejeição", conduzir o leitor à sua história. E a ação de Marinho no âmbito da história da radiodifusão no Brasil, os aspectos de gangsterismo, de ilegalidade, de relação e intimidade com a ditadura, dos bastidores e manobras no Congresso, a sua "legalização" concomitantemente com o endurecimento do regime militar e a sua função de "porta-voz". Sequer era de conhecimento público que a Globo havia sido investigada por uma CPI mesmo no período de exceção.

Exposto o projeto editorial e depois de sucessivas conversas entre os três, o Daniel redigiu os textos "de costura" sugeridos e introduziu outras idéias. Ao cabo tínhamos um livro para o público médio, sem perder a sua densidade intelectual. Porém, era preciso encontrar um título que explodisse no sentimento de aversão à censura e aos mistérios do sisudo e inatingível "doutor" Marinho. Algo que anunciasse o seu meticuloso desnudamento. Estávamos apreensivos, pois, apesar de teoricamente corretíssimo, depois de termos criados bons e eficientes títulos, não tínhamos conseguido o resultado "de público" que esperávamos meses antes quando havia editado o livro do Adelmo. O segredo da pirâmide - Para uma teoria marxista do jornalismo.

Entretanto, depois de inúmeras conjecturas, e por influência direta do Adelmo, parte da dissertação A introdução da comunicação no Brasil: Tentativas de implantação do serviço de cabodifusão, um estudo de caso, apareceu, em 1987, como A história secreta da Rede Globo.

Como se diz na fronteira, foi o estouro da boiada!

Além de ter se transformado em um best-seller, com um ano de permanência nas listas dos mais vendidos, o livro inspirou outros trabalhos acadêmicos, jornalísticos e documentários. Certamente, converteu-se em mais um marco decisivo pela democratização da comunicação e em defesa da cidadania.

Jornalista e historiador

TESTEMUNHOS

■ Como relator de uma Comissão Especial do Congresso Nacional encarregada de avaliar a programação das nossas rádios e televisões tive a honra e a alegria de conhecer o jornalista Daniel Herz. De imediato, chamou-me a atenção o domínio profundo que tinha das questões relativas aos meios de comunicação social. Percebi que estava diante de um estudioso dedicado da questão. Acabei verificando, depois, que se tratava de um intelectual participante, alguém que se empenhava com fervor e inteligência numa causa popular. Tinha Daniel Herz a mais profunda consciência da importância de democratizarmos os nossos meios de comunicação. Aliás, venho lutando no Senado, há muito tempo, para que a programação das nossas emissoras tenha, também, entre seus objetivos elevar a educação de nosso povo, dar a todos uma noção do que seja cidadania. Creio que o jornalista Daniel Herz concordava comigo. Lamento que tenha falecido tão jovem. Era um dos mais preparados da sua geração para essa guerra que não tem data para acabar: a luta para que os meios de comunicação brasileiros sejam cada dia melhores, mais democráticos, mais voltados para as questões essenciais da nossa cidadania e mais respeitadores dos seus ouvintes e espectadores. O saldo da vida de Daniel Herz, embora breve, foi extremamente positivo. Como professor, passou seus conhecimentos e sua garra para os jovens que ajudou a formar. Participou da criação de importantes fóruns de debates e escreveu um livro de valor inestimável para o conhecimento dos bastidores da imprensa brasileira. Merece o nosso profundo respeito.

Pedro Simon
Senador da República

■ O Daniel é um lembreira indelével na memória dos lutadores sociais do Brasil. Um bom combatente, lutou pela democracia, pela informação plural, contribuiu enormemente para a liberdade da informação. O Daniel tinha uma dimensão política e humanística e por isso é uma perda que buscaremos compensar com a continuidade da boa luta.

Olívio Dutra
ex-governador do RS

■ Daniel Herz, homem de família nobre, poderia estar vivendo muito feliz e despreocupado com as coisas do mundo, com as realidades dos excluídos da terra. Fez uma opção por estar na luta pela democratização da comunicação no nosso país. Daniel da visão futurista da internet, Daniel da luta por uma nova lei para reger as comunicações no país, da Lei de Informação Democrática, emperrada no Congresso Nacional até hoje. Daniel do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação, amigo e companheiro de muitos de nós que sonha com o Brasil vendo a comunicação como um direito humano e não uma mercadoria.

Odilon Lima
Jornalista

Um lutador incansável

Daniel Herz estudou e contestou políticas de comunicação, monopólio da mídia e formação jornalística. Nem mesmo a doença abateu o guerreiro

Ao falar do jornalista Daniel Herz, amigos e colegas são unânimes ao repetir algumas características: disciplinado, perfeccionista, democrata. Para quem não o conheceu, não o acompanhou em nenhuma das suas lutas, nenhum dos seus trabalhos, mas muito ouviu falar de sua trajetória, outro adjetivo parece determinante de sua personalidade: incansável.

“Vamos só dar uma repassadinha nesse ponto” era a frase mais temida nas reuniões do Curso de Jornalismo nos primeiros anos da década de 80. Tratava-se da voz do chefe de departamento, Herz, à uma da madrugada de um encontro que começara às oito da noite. Nesses episódios ficavam evidentes o disciplinado, que não deixava nada para amanhã, o perfeccionista, que exigia precisão na elaboração de documentos, e o democrata, que não colocaria nada no papel sem antes discutir com os demais.

Dois décadas depois, Herz lutou por seis anos contra um mieloma múltiplo, atipicamente agressivo e resistente à medicação. Buscando corrigir a produção desordenada de plasmócitos que corroía seus ossos, passou por cinco transplantes de sua própria medula mais um último de um doador. O disciplinado, perfeccionista e democrata estudou tudo sobre a doença e explicou para a família o que o último transplante podia lhe causar. Inclusive os 60% de risco de morte.

Realizada a operação no dia 7 de março, Herz melhorou no mês seguinte, piorou no outro e concedeu uma última entrevista para registrar suas considerações mais recentes sobre políticas de comunicação. No dia 23 de maio foi trazido da clínica onde se tratava nos Estados Unidos, sem esperanças de recuperação, para passar, inconsciente, a última semana em Porto Alegre. O jornalista Daniel Koslowski Herz morreu no dia 30 de maio no hospital Moinhos de Vento, aos 51 anos.

Primeiros passos- Daniel Herz tinha uma causa que, como brincam alguns amigos, devia trazer desde os tempos do primário. A luta pela democratização dos meios de comunicação guiou sua trajetória acadêmica, profissional e pessoal, levando-o a conquistar feitos como a elaboração e aprovação da Lei de TV a Cabo, a instalação do Conselho de Comunicação Social do Congresso Nacional, a criação do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC) e do Instituto de Estudos e Pesquisas em Comunicação (Epcom).

Se suas idéias não vinham dos tempos de escola, também não tardaram a aparecer. Aos 20 anos, ainda estudante de jornalismo na Unisinos, em São Leopoldo (RS), criou a Associação de Promoção da Cultura (APC), na qual desenvolveu estudos sobre a implantação da rede de TV a cabo no Brasil. Nas pesquisas, contava com a parceria de colegas da universidade e com o conhecimento técnico de Homero Simon. O engenheiro, velho amigo e importante referência em sua vida, foi o responsável pela montagem técnica da “Cadeia da Legalidade”, rede de rádio que evitou o iminente golpe que impediria João Goulart de assumir a presidência da república em 1961.

A APC foi um dos marcos fundadores nas pesquisas em políticas de comunicação no país, como explica Murilo Ramos, professor da UnB e orientador de mestrado de Herz. “No manifesto de criação da APC, o jovem Daniel Herz (...) lançou no Brasil as primeiras bases conceituais e práticas da cabodifusão, ou televisão por cabos, como elemento de diversificação da televisão brasileira, na época já monopolizada pela Rede Globo”, relata em texto publicado no Terra Magazine.

Após se formar em jornalismo, em 1977, Herz deu continuidade aos estudos pioneiros que desenvolvia na área da cabodifusão, ingressando no mestrado em Comunicação da Universidade de Brasília (UnB) em 1979. Na capital federal, acompanhava as discussões da regulamentação da TV a cabo, que passava por momentos decisivos no Congresso Nacional. Buscando um lobby pela aprovação de um modelo democrático de TV por assinatura, liderou um grupo de colegas do mestrado em incursões à Câmara de Deputados para fazer pressão sobre os parlamentares. As discussões sobre o tema foram adiadas ainda por muitos anos, mas nunca deixaram de ser uma das principais lutas de Herz.

A etapa seguinte de sua carreira profissional também estava sendo traçada nos anos de pós-graduação. Nas aulas conheceu os colegas e companheiros de idas ao Congresso, César Valente e Luiz Lanzetta, jornalistas e professores do recém-criado Curso de Jornalismo da UFSC. Em 1980, ainda sem ter defendido sua dissertação, Herz mudou-se para Florianópolis para integrar o grupo que estava estruturando a graduação em jornalismo. O novo professor foi eleito o primeiro chefe do Departamento de Jornalismo, permanecendo no cargo e na universidade até 1984.

Herz foi um dos principais responsáveis pela elaboração de um projeto de curso diferenciado dos que existiam no país. As ações de maior repercussão foram as que instituíram características democráticas em plena ditadura militar. Entre elas estavam as eleições diretas para os cargos de chefia, o que não ocorria em nenhum outro departamento da UFSC, e a instituição do Conselho Paritário de Professores, Servidores e Alunos, por meio do qual os três segmentos tinham igualdade de voto nas decisões internas, experiência até hoje inédita nas universidades brasileiras.



Saindo do hospital em Little Rock (AR), acompanhado de Célia e da filha Ada Jaqueline na derradeira passagem pelos Estados Unidos, onde fez o último transplante

Alguns aspectos que caracterizam o curso atualmente também foram responsabilidade de Herz. Um deles é a opção apenas pela habilitação em jornalismo. Como explica Eduardo Meditsch, coordenador do curso e contemporâneo de Herz no departamento, a preocupação era de que não se abrissem outros cursos até que se tivesse uma estrutura consolidada para o ensino de jornalismo. Outra dessas características foi a determinação de que as disciplinas técnicas não tivessem número de alunos superior a 14, o que anos depois inspiraria o padrão do Ministério da Educação que determina máximo de 15 estudantes em laboratórios de jornalismo.

As ações implementadas estavam ligadas a um projeto de curso que Herz compartilhava com os colegas. O objetivo era formar jornalistas para trabalhar em veículos das diversas mídias, mas que também fossem aptos a atuar na comunicação de empresas, sindicatos e cooperativas. Como recorda o então professor Carlos Müller, uma das frases de Herz que sintetizava seu pensamento era: “não vamos formar seguradores de latinhas”, numa referência a repórteres de televisão que não faziam nada além de cumprir pautas.

Em 1983, antes de deixar a universidade, Herz organizou, na UFSC, o lançamento da Frente Nacional de Lutas por Políticas Democráticas de Comunicação, dando destaque ao Curso de Jornalismo no mapa político do país. A criação da Frente ocorreu durante a realização de dois ventos também organizados pelo jornalista na universidade: o VII Congresso da Associação Brasileira de Pesquisa e Ensino de Comunicação (Abepec) e o IV Encontro Latino-americano de Faculdades de Comunicação Social, que teve a participação de representantes de 18 países latino-americanos.

O animal político- Em 1982, depois de quase duas décadas, os brasileiros votaram nas eleições para governador de estado. Daniel Herz foi um pouco além. Juntamente com colegas do Curso de Jornalismo, elaborou o plano de governo para a área de comunicação social do candidato Jaison Barreto, do PMDB, que fazia oposição ao ex-Arena Espiridiano Amin.

Na apuração, os ânimos dos opositores do regime esfriavam à medida que a abertura das primeiras urnas indicava a vitória de Amin. A tarde era de frustração e tédio na Associação dos Professores da UFSC, onde estavam Herz e o colega Carlos Müller, até que uma notícia na TV fez o chefe do Departamento de Jornalismo dar um salto da cadeira.

A imprensa começava a falar das fraudes que roubaram votos de Leonel Brizola na eleição para governador do Rio de Janeiro. Herz não teve dúvidas: o mesmo devia estar acontecendo em Santa Catarina. Da Apufsc, correu para encontrar Jaison Barreto, que descansava derrotado em Balneário Camboriú. Como recorda Müller, o jornalista não conseguiu convencer o candidato a exigir investigações, mas escreveu um manifesto que fez os militantes do partido mobilizarem-se em um protesto nas ruas da capital.

A atuação política era intrínseca a suas lutas pela democratização da comunicação, e, por isso, Herz nunca se afastou dela. Durante o Congresso Constituinte, foi o coordenador da campanha da Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj) para que a democratização da mídia fosse incluída na Constituição Federal de 1988. Conseguiu que o texto estabelecesse a formação do Conselho de Comunicação Social. O CCS, no entanto, foi instalado somente em 2002, ainda assim apenas como um órgão consultivo do Congresso, sem poderes para decisões. Herz foi o representante dos jornalistas no conselho até sua morte.

Sua atuação no Congresso continuou além da Constituinte. Em 1994, conseguiu a aprovação da regulamentação da TV a cabo, sua luta dos tempos da

APC e do mestrado. A lei, escrita por ele mesmo, estabeleceu a reserva de espaço para canais comunitários, universitários e legislativos, uma determinação que visava dar características democráticas ao meio de difusão que começaria a ser explorado.

Entre 1989 e 1990, no primeiro governo do PT na Prefeitura de Porto Alegre, o jornalista foi o chefe da Coordenadoria de Comunicação Social. Implementou estratégias para a comunicação, com planejamentos e objetivos que possibilitaram reverter a imagem ruim que parte da população e da mídia tinham sobre a administração municipal. De acordo com o jornalista Pedro Osório, que assumiu a Coordenadoria na segunda gestão do PT na cidade, a grande contribuição de Herz foi trazer noções de comunicação estratégica que mudaram o modo de trabalho dos colegas, que até então só sabiam fazer o jornalismo tradicional das redações.

Durante parte dessa atuação política, o jornalista integrou uma organização partidária clandestina. O Partido Revolucionário Comunista (PRC), atuante entre 1985 e 1990, inspirava-se no marxismo, mas assumia postura contestadora dos dogmas do comunismo implementados nos países pró-soviéticos. Possuía um estatuto democrático e sem propósitos de luta armada. Entre os fundadores da organização estava um dos intelectuais mais admirados por Herz, Adelman Genro Filho, seu primo em primeiro grau e colega nos tempos do Curso de Jornalismo da UFSC.

As grandes obras- Para responder a elogios, dispensando a falsa modéstia, Daniel Herz gostava de se referir a Adelman, “esse cara é muito mais inteligente que eu”. A dupla era a principal referência para professores e alunos no Curso de Jornalismo. Herz aparecia como o principal conhecedor das políticas de comunicação e como administrador de incansável determinação. Adelman era a fonte para teoria e filosofia em estudos de jornalismo, inclusive para Herz, que buscava em discussões com o amigo o embasamento teórico para as ações e estratégias de suas lutas.

Uma das principais obras da vida de Herz foi realizada por meio dessa parceria. Adelman enxergou na dissertação de mestrado do colega a possibilidade de publicação de um livro. O trabalho de três volumes trazia pesquisas sobre dois temas: a implantação da TV a cabo no Brasil e a origem da Rede Globo e suas ligações com o grupo estadunidense Time-Life durante a ditadura militar.

O primeiro capítulo da dissertação, parte que analisava os negócios da emissora de Roberto Marinho, deu origem ao livro *A história secreta da Rede Globo*, lançado pela Editora Tchê em 1987. Como relata o editor da obra, Tau Golin, Adelman foi o maior incentivador para a publicação, pois acreditava que aquelas informações deveriam extravasar o meio acadêmico. Com seu conteúdo bombástico, o livro repercutiu imediatamente, alcançando a nona edição em pouco mais de um ano. Herz teve seu nome projetado nacionalmente, viajando para o lançamento da obra em diversas cidades do país.

O jornalista aproveitou o momento para estruturar as bases de seu projeto seguinte. Articulava em suas viagens a criação de comitês que, em 1991, dariam origem ao Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação, uma organização que reúne entidades da sociedade civil para enfrentar os problemas da área das comunicações no país. Foi através do FNDC que Herz travou lutas como a implantação do Conselho de Comunicação Social e a regulamentação da TV a cabo.

A criação do Fórum deveu-se em grande parte à preocupação em discutir como a democratização da mídia deveria ser feita. O jornalista Pedro Osório

explica que Herz rechaçava a idéia de que apenas tomando o poder a esquerda poderia melhorar a estrutura dos meios de comunicação. Era necessário pesquisar e discutir o assunto democraticamente.

Consciente da importância de possuir fundamentações para as lutas políticas, Herz deu início a outro projeto. Em 1998, criou o Instituto de Estudos e Pesquisas em Comunicação (Epcom), com o objetivo de fornecer os subsídios teóricos para as discussões e ações na área de democratização dos meios de comunicação. Em seu auge, o instituto teve uma equipe de telemarketing e dez jornalistas trabalhando no Acessocom, um serviço pago de boletim diário com informações sobre comunicação.

Perseverança- Quando terminou seus anos de colégio, Daniel Herz tinha um emprego garantido. Walter Herz, seu pai, construiu a Ferramentas Gerais, empresa gaúcha líder nacional no mercado de suprimentos industriais, que alcançou receita bruta de R\$ 360 milhões quando foi vendida, em 2001. O filho optou por estudar jornalismo.

O dinheiro que a família possuía auxiliou Herz nas diversas lutas que travou pela causa da democratização das comunicações. Nos tempos de estudante, bancou atividades da Associação de Promoção da Cultura (APC) e, mais tarde, pagou suas frequentes viagens a Brasília nas pressões pela regulamentação da cabodifusão.

Tirou do bolso também os recursos utilizados no período em que percorreu o país para estruturar as bases do FNDC e para financiar a maior parte das atividades do Epcom e sua equipe de colaboradores. Além disso, manteve um escritório particular para estudos na área de comunicação, para o qual comprava avançados equipamentos de informática, sempre atento às possibilidades das novas tecnologias.

Por outro lado, a empresa familiar o prendia a compromissos que por vezes se atravessaram sobre sua vida acadêmica e de militante. Em 1984, ao assumir a direção de um setor da companhia, em Curitiba, teve que abandonar o Curso de Jornalismo da UFSC. Assumiu outros cargos em diferentes épocas, chegando a ser presidente da empresa por oito meses em 1997.

O amigo Francisco Karam, professor do Jornalismo da UFSC, conta que Herz vivia um intenso conflito sobre ser empresário e militante. Não sentia vergonha das práticas empresariais, pelo contrário, algumas regras instituídas pelo pai para valorização dos funcionários foram pioneiras no Brasil. Seu maior problema era não poder se dedicar integralmente às causas que mais lhe interessavam.

Dinheiro, e perseverança, foram também fundamentais na luta contra sua doença. O mieloma múltiplo, tipo de câncer de medula que corria os ossos devido à produção desordenada de plasmócitos, foi diagnosticado em julho de 2000. A primeira tentativa de tratamento, fazendo quimioterapia, não surtiu efeito. Em busca de alternativas, Herz viajou a Nova Iorque, onde ficou sabendo sobre o principal centro de pesquisas da doença, localizado em Little Rock, no estado do Arkansas, nos Estados Unidos.

Os diagnósticos feitos no centro de pesquisas mostraram que a doença era de um tipo mais agressivo que o normal e incomum na sua idade. Para fazer um novo tratamento, viajou diversas vezes ao Arkansas para realizar cinco transplantes com sua própria medula, entre 2001 e 2005. As operações tinham o efeito de frear o avanço da doença por alguns meses. O quinto transplante, feito em setembro de 2005, no entanto, funcionou por pouco tempo.

Em janeiro de 2006, Herz voltou aos Estados Unidos para tentar um transplante com medula de um banco de doadores. Esposa e filhos chegaram no mês seguinte para acompanhá-lo. Estudioso sobre a doença desde o início, com densidade de informações que impressionava os médicos, ele explicou a família tudo que poderia ocorrer após a operação, esclarecendo sobre os 60% de risco de morte.

O transplante foi realizado no dia 7 de março. Após se recuperar da operação, Herz esteve bem durante cerca de um mês, tempo em que se dedicou a pesquisar e escrever. O amigo e jornalista Renan Antunes, que nos últimos meses gerenciou sua vida nos Estados Unidos, estimulava Herz a trabalhar. Discutiam os assuntos de seus estudos e Renan não deixava de anotar nada. Herz ditava textos, que eram digitados pela esposa, Célia Stadnik.

No dia 13 de maio, por telefone, Herz deu sua última entrevista coletiva aos colegas do FNDC. Expôs suas considerações sobre políticas de comunicação, apresentando uma visão crítica sobre a atuação do governo Lula na área e registrando suas idéias sobre a TV digital, principal foco de atenção de seus últimos estudos.

Nas últimas semanas de maio, o jornalista piorou. No dia 23 foi levado a Porto Alegre, onde morreu uma semana depois. O velório e a cremação do corpo foram acompanhados por dezenas de amigos. O Curso de Jornalismo da UFSC suspendeu as aulas do dia 31 de maio pela morte de seu primeiro Chefe de Departamento. Nos dias seguintes, amigos e colegas começaram a se articular para fazer o levantamento dos documentos e material inédito deixado por Daniel Herz para ser usado nas discussões sobre as causas pelas quais lutou.

João Werner Grandó

Aos meus alunos, com carinho

Para a formatura da primeira turma do curso, Herz e o colega Cesar Valente prepararam um audiovisual que homenageava os formandos. Mantendo segredo, juntou fotos de vários momentos especiais e escreveu um texto que emocionou os alunos. Para o áudio escolheu a tradicional Canção da América, de Milton Nascimento. O sucesso foi tanto, que teve de repetir a fórmula para os alunos da segunda turma, porém dessa vez com Coração de Estudante, também de Milton.

Apesar de ser uma pessoa tímida e reservada, Herz surpreendia com esses momentos de afeto. Com a mesma Canção da América se despediu da professora Maria Hermosilla, quando ela voltou para o Chile. Um dia após a formatura da primeira turma, Herz e alguns alunos a levaram à rodoviária de Florianópolis para pegar um ônibus que a levaria até Porto Alegre, onde finalmente embarcaria para Santiago. No momento da despedida, a música de Milton Nascimento tocava nos alto-falantes da rodoviária. Claro que quem preparou tudo foi Herz.

Passat luxuoso “pegava mal”

Sendo de uma família rica, Herz às vezes dividia o luxo com os alunos, convidando-os para jantar com ele. Em ótimos restaurantes e todos abusavam, desde a entrada à sobremesa, não esquecendo da bebida. A conta era sempre paga pelo professor. Porém, o dinheiro lhe trazia insegurança. Quando comprou um Passat, carro considerado de luxo na época, pediu conselho ao aluno Jarsom Frank, pois queria saber se “pegava mal” andar com aquele carro na frente de todos. Frank acredita que essa história ilustra bem a pessoa simples que era.

Outra história que mostra a personalidade de Herz ocorreu em 1983 durante o IV Encontro Latino-americano de Comunicação Social, realizado em Florianópolis, quando o professor descarregou o camião de colchões que seriam colocados no alojamento. Não apenas planejava e organizava o encontro, mas agia, assim como fez com suas idéias e ideais, colocando-as em prática. Como confirma o ex-aluno Celso Vicenzi, ele era um “trator para trabalhar”.

Folião animado, mas sem saia

Herz juntava-se aos alunos nas épocas festivas do ano, como Natal e Carnaval. Em uma festa de fim de ano, realizada em sala de aula, foi fantasiado de Papai-Noel e distribuiu presentes de gozação. Um deles foi para Maria Alzira Brum, que ganhou uma boneca da Carmem Miranda, já que fazia as vezes da “Pequena Notável” do curso.

No carnaval era a vez do Bloco dos Sujos, no qual os homens se vestem de mulher. Herz procurava sair discreto e dificilmente vestia uma saia. Mas na hora de escrever o samba enredo do bloco Pomopolítico-literoculturalcamavalesco Império dos Sentidos, não se intimidava, batucava e cantava mesmo sendo extremamente desafiado. Todos se reuniam no Bar do Pida, próximo à UFSC, sob o comando de José Drumond Saraiva, então marido da professora Maria Hermosilla, que criava as músicas.

O bloco fazia sátiras musicais e saíam vestidos como a mulher do governador. Na época em que a Ponte Hercílio Luz foi pintada, cantavam: “estão pintando a ponte cor de prata, isso é uma mamata”.

Bicão na lua-de-mel dos alunos

Herz era tão participativo da vida dos alunos que chegou a ser, em 1984, padrinho de casamento dos alunos Doraci Engel e Antonina Santiago. O presente pelas bodas foi dado junto com César Valente: a lua-de-mel no Hotel Tingüá, próximo a Porto Belo (SC). Porém, não foi uma lua-de-mel convencional, já que os professores e suas esposas foram juntos. “A gente tinha dado o presente, tínhamos direito de ir com eles”, diz Valente.

Assim que o casal chegou ao hotel, havia chaminha do lado da cama, algo que só podia ter sido organizado por Herz. Nos outros dias, os professores não colaboraram com o clima romântico, jogando pedrinhas na janela do quarto do casal, que era de frente para o mar. Também colocaram siris e ostras na cama dos recém-casados. Não só Herz participou do casamento de estudantes, como eles participaram do dele. Quando contou para todos que iria se casar, as alunas protestaram, fizeram cartazes e deram voltas ao redor do professor pedindo: “não casa, não casa!”.

Programa quer ensino adequado

Parceria entre Fenaj e universidade cria modelo para qualificar formação em Jornalismo

A preocupação de Daniel Herz com os rumos da comunicação no país não deixou que ele ficasse fora da luta pela qualificação do ensino de jornalismo. E foi buscando um modelo de educação superior eficiente para a profissão que Herz – discutindo com a Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj), os sindicatos e associações da categoria, a Executiva Nacional dos Estudantes de Comunicação (Enecos) e outros – conseguiu desenvolver o Programa Nacional de Estímulo à Qualidade da Formação em Jornalismo. A discussão sobre a necessidade de qualificação do ensino de Jornalismo começou no final dos anos 80. Mas, foi somente no ano de 1997, em Vila Velha (ES), em um Congresso Nacional dos Jornalistas extraordinário organizado por Herz e pela Fenaj que esse programa foi votado e aprovado. Valci Zuculoto, do departamento de Relações Institucionais da Fenaj e professora do Curso de Jornalismo da UFSC, afirma



Programa da Fenaj nasceu aqui

Projeto para melhorar a graduação na categoria saiu em 97

O documento que deveria servir de base para os cursos de jornalismo em todo o país trata em pormenores da formação teórica do jornalista profissional, da estrutura dos cursos de jornalismo (grade curricular, corpo docente, alunos, instalações físicas, estruturas de serviço e equipamento disponíveis), além de traçar um caminho ideal a ser seguido pelo profissional da área. Entre os pontos importantes do programa, que mostra a preocupação com a qualidade e a atualidade do ensino está uma proposta de que os professores passem obrigatoriamente por cursos de reciclagem. Principalmente, aqueles que ministram aulas técnicas, afastadas do mercado há mais de cinco anos. Um outro ponto também trata da regulamentação do estágio, problema sério atualmente.

“A formulação desse programa foi um dos maiores momentos de atuação do Daniel Herz na Fenaj. O Programa para o jornalismo é um dos mais completos. Muito útil para a melhoria do ensino. Tudo começou com o Herz, que pensou tudo isso. Ele conseguiu, apesar de todas as divergências, chegar a um consenso entre as entidades que trabalham o Jornalismo e o ensino”, encerra a professora. Uma das atuais lutas da Fenaj e das demais instituições do Jornalismo é fazer com que o Programa Nacional de Qualidade de Ensino seja adotado pelos cursos de Jornalismo do país.

que o programa foi resultado de um esforço de Herz e que graças a essas discussões que ele promovia aconteceu a aproximação das áreas sindicais do Jornalismo com a área acadêmica. “O Daniel transitava muito bem entre essas duas áreas. Vamos sentir muito a falta dele, de saber articular, formular, de ver que uma luta depende da outra”, completa.

O documento que deveria servir de base para os cursos de jornalismo em todo o país trata em pormenores da formação teórica do jornalista profissional, da estrutura dos cursos de jornalismo (grade curricular, corpo

docente, alunos, instalações físicas, estruturas de serviço e equipamento disponíveis), além de traçar um caminho ideal a ser seguido pelo profissional da área. Entre os pontos importantes do programa, que mostra a preocupação com a qualidade e a atualidade do ensino está uma proposta de que os professores passem obrigatoriamente por cursos de reciclagem. Principalmente, aqueles que ministram aulas técnicas, afastadas do mercado há mais de cinco anos. Um outro ponto também trata da regulamentação do estágio, problema sério atualmente.

“A formulação desse programa foi um dos maiores momentos de atuação do Daniel Herz na Fenaj. O Programa para o jornalismo é um dos mais completos. Muito útil para a melhoria do ensino. Tudo começou com o Herz, que pensou tudo isso. Ele conseguiu, apesar de todas as divergências, chegar a um consenso entre as entidades que trabalham o Jornalismo e o ensino”, encerra a professora. Uma das atuais lutas da Fenaj e das demais instituições do Jornalismo é fazer com que o Programa Nacional de Qualidade de Ensino seja adotado pelos cursos de Jornalismo do país.

André Vendrami



Primos, colegas do PRC e parceiros intelectuais: Adelmo direcionou atividade de Daniel para a conclusão de seu best-seller

Com a Casa de Cinema, comandou quatro campanhas vitoriosas do PT

A fervorosa militância política de Daniel Herz aliada a sua capacidade de organização e disciplina foram objeto de admiração e conquistas nas cinco eleições em que trabalhou como coordenador da campanha política para candidatos do PT, em Porto Alegre, de 1992 a 2000. Herz foi o responsável pelas estratégias políticas adotadas na propaganda eleitoral encabeçada pela Casa de Cinema de Porto Alegre, que transformava as idéias do partido em linguagem audiovisual para os programas do horário eleitoral gratuito, sempre para o PT e seus coligados da Frente Popular. Trabalhou voluntariamente ao lado de cineastas brasileiros como Jorge Furtado, Giba Assis Brasil e Carlos Gerbase, todos sócios da Casa de Cinema. Essa equipe dirigiu as campanhas de duas eleições para o governo do estado do Rio Grande do Sul e três para prefeitura de Porto Alegre. Dessas, saíram vitoriosos em quatro.

Herz não ganhava nenhum tostão para as diversas noites que passou em claro durante a campanha. A restituição, para ele, seria colocar outro petista no poder. E, conseguiu. Tarso Genro foi eleito prefeito duas vezes. Em 1992, derrotou no segundo turno César Schirmer (PMDB) com 60% dos votos. Em 2000, voltou a se eleger prefeito de Porto Alegre, novamente no segundo turno, quando obteve 63,5% dos votos e derrotou Alceu Collares, para quem havia perdido a eleição para o governo em 90. Nas campanhas de 1994, a equipe enfrentou a primeira derrota, quando Olívio Dutra não se elegeu governador do Estado. Decepção que logo seria revertida com a vitória, em 1998, ao se eleger com 50,8% dos votos válidos. Em 96, Raul Pont foi eleito prefeito no primeiro turno, com 55% dos votos válidos, e deu continuidade às marcas petistas na administração de Porto Alegre.

O candidato que tivesse sua campanha produzida pela Casa de Cinema de Porto Alegre e por Daniel Herz tinha grandes chances de sair vencedor. Os programas eram eficientemente produzidos e as campanhas bem articuladas. O cineasta Jorge Furtado, por exemplo, foi chamado de “o mais requisitado marqueteiro petista do Rio Grande do Sul” por Diogo Mainardi em sua coluna da *Veja* em janeiro de 2005.

Para Carlos Gerbase as campanhas políticas até eles começaram a explorar esse novo campo, em 1992 “eram terrivelmente previsíveis, muito caretas e tediosas”. Na épo-

ca, foi Tarso Genro quem deu o voto de confiança convidando-os para fazer sua campanha para a prefeitura de Porto Alegre. Na verdade, faltava a eles a experiência em propaganda eleitoral, o que foi contrabalançado com o vasto conhecimento de cinema. Os programas ficaram menos burocráticos e mais cinematográficos. “Nossas propagandas tinham mais vida, ritmo e novas idéias”, diz Gerbase.

Nessa área de comunicação, Herz trabalhava mais como teórico do que produtor audiovisual. Fazia a coordenação política, numa relação mais crítica e de análise do que de produção. Seu desempenho e a força de vontade durante as campanhas do PT causavam admiração nos colegas de trabalho. Giba Assis Brasil lembra que após a veiculação de cada campanha, Herz organizava reuniões que levavam horas noite adentro para avaliar a execução dos trabalhos. No dia seguinte, na primeira hora da manhã, ele havia feito um relatório com todas as críticas e sugestões de melhorias discutidas, impresso, e entregue uma cópia para cada um. “Ficávamos impressionados com a sua dedicação. Ele sempre foi muito generoso e tolerante com a opinião dos outros. Sempre ouvia diferentes pontos de vista mesmo que não concordasse com eles. Acho que foi isto que o transformou no grande negociador que conheci”, diz Giba.

Hoje, seis anos sem fazer campanhas, Giba e Gerbase contam que uma de suas maiores decepções com o governo Lula foi ele ter escolhido Hélio Costa (PMDB-MG) como ministro das Comunicações, alguém que, segundo eles, representa apenas seu próprio interesse e compromisso com as empresas. “Quem deveria estar em seu lugar era Daniel. Era o que todos esperávamos. Ele sim defenderia melhor do que ninguém a democratização das comunicações”, lamenta Giba.

Para Carlos Gerbase, Daniel não foi o ministro porque daria muito trabalho ao presidente. “Como ministro ele teria uma visão mais próxima do que esperávamos para o governo Lula que acabou sendo mais conservador do que imaginávamos. Para Hélio Costa vence a lógica da economia e da globalização, o Brasil perde a oportunidade de desenvolver tecnologia própria, Daniel, certamente, faria diferente e incomodaria Lula”, conclui Gerbase.

Máira Flores

Epcom reúne pesquisa e ativismo

Instituto criado por Herz divulga material sobre a mídia para pesquisadores e sociedade

O passo inicial para a criação do Instituto de Estudos e Pesquisas em Comunicação (Epcom) foi dado em julho de 1997, no Rio de Janeiro. Reunidos na 7ª Plenária do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC), pesquisadores da área decidiram adotar medidas que capacitassem toda a sociedade a conhecer e a atuar politicamente nas questões relativas à comunicação.

A primeira delas foi a criação de um serviço de *clipping*, que reuniria todas as informações publicadas sobre o tema. Em pouco tempo, porém, ficou claro que a carga de trabalho e a quantidade de material disponível exigiam a implantação de um serviço profissionalizado. Foi para solucionar esse problema que o jornalista Daniel Herz, um dos coordenadores do Fórum, decidiu fundar o Epcom – um instituto criado para produzir e fornecer informações especializadas para subsidiar a atuação do FNDC.

Desde a fundação, Herz financiou o instituto com dinheiro do próprio bolso, assim como aconteceria até sua morte. O Epcom até tinha suas fontes de receita própria, mas eram escassas. A principal delas, a renda das assinaturas do primeiro serviço oferecido pelo Instituto, o relatório *on line* AcessoCom, não chegava a cobrir 1% dos gastos. As dificuldades de comercialização desse serviço decretaram inclusive seu encerramento, em janeiro de 2003.

Apesar do fracasso comercial, durante seus três anos e meio de funcionamento, o AcessoCom se constituiu na principal atividade desenvolvida pelo trio de ferro do instituto: os jornalistas Daniel Herz, James Gørgen e Pedro Osório. Diariamente, eles pesquisavam 31 fontes, entre jornais, revistas e sites, selecionando textos relacionados à comunicação. Essas matérias eram então analisadas e

AcessoCom reuniu 21 mil textos em três anos de atividade

potencial. As expectativas logo foram frustradas, mas Herz continuou a financiar o projeto. Em 2001, o AcessoCom recebeu o Prêmio Luiz Beltrão de Ciências da Comunicação na categoria Grupo Inovador. Hoje, toda a produção do serviço, cerca de 21,5 mil textos e 200 mil referências bibliográficas, está disponível para consulta na internet.

Sob a direção de Herz, o Epcom também se destacou na área de pesquisas. Entre os principais trabalhos, James Gørgen, coordenador de projetos do instituto, destaca os referentes à concentração da mídia, à TV digital, à produção regional e à TV por assinatura. Pesquisas como *Os donos da mídia*, que revelou que em 2002 apenas seis redes privadas de televisão aberta controlavam 667 veículos de comunicação, ajudaram a construir a credibilidade do instituto. Gørgen ressalta, sobretudo, as pesquisas sobre TV digital, para as quais os pesquisadores do Epcom dedicaram “o maior vulto de trabalho e de interesse”.

As pesquisas e os relatórios sobre comunicação produzidos ao longo de sete anos levaram a um grande reconhecimento do Epcom no meio acadêmico, mas foram praticamente inúteis na tarefa de “capacitar a sociedade a conhecer e atuar na área de comunicação”. A população em geral simplesmente não se interessava pelo tema. Herz, por sua vez, sempre encarou esse “desinteresse” com muita naturalidade. “Daniel nunca se sentiu frustrado. Sentia, isso sim, um misto de frustração com sensação de dever cumprido. Ele sabia que o Epcom estava na vanguarda, que



Comunicativo, tinha facilidade tanto para atender a mídia como para atacá-la

a população não estava sensibilizada para aquele tipo de trabalho”, relembra Gørgen.

Devido ao desinteresse da população e dos movimentos militantes, o instituto sempre teve problemas de comercialização. “Foi até uma ingenuidade injustificável da nossa parte acreditar que as assinaturas poderiam viabilizar o projeto. Mesmo com todo o barulho que faziam, os movimentos militantes acabaram não apoiando o Epcom financeiramente”, reflete Gørgen.

Apesar de suas conhecidas qualidades como administrador, Herz nunca se sentiu à vontade para assumir o papel de vendedor dos serviços do instituto. Por questões éticas, não gostava de interagir politicamente com entidades que fossem suas clientes.

Impasses como esse fizeram com que o Epcom nunca se tornasse viável comercialmente. “Como empresário, Herz se constrangia por saber que fazia um mau negócio, gerando inclusive um mal estar na família”, conta Pedro Osório, sócio-fundador do instituto. A vertente empresarial de Herz, porém, sempre foi ofuscada, no Epcom, por seus ideais políticos e humanistas.

Antes de adoecer, Herz trabalhava diariamente no AcessoCom, viajou para lançar o serviço em diversas capitais e também cuidou da digitalização dos textos de Adelmo Genro Filho, que mais tarde abasteceram um *site*, mantido pelo Epcom. Todos os dias, ele chegava ao instituto nas primeiras horas da manhã e ficava invariavelmente até muito tarde, sempre envolto com inúmeros projetos.

A redação do Epcom chegou a contar com dez jornalistas, todos eles recebendo acima do piso da categoria. Osório destaca que Herz sempre foi muito severo com horários e acabamentos, mas muito justo em suas responsabilidades como empregador. Certa vez, ficou tão possesso com o atraso de algumas horas no pagamento dos funcionários, que foi entregar os salários pessoalmente, na casa de cada jornalista, antes do início do próximo dia de trabalho.

“Daniel fazia questão de conhecer as pessoas com quem trabalhava, trazia isso de família. Sabia as datas de todos os aniversários e sempre valorizou as datas festivas, distribuindo brindes como garrafas de vinho e panetones”, destaca Osório.

Mesmo depois que a doença obrigou-o a afastar-se das funções diárias, Herz continuou a acompanhar tudo por telefone e por *e-mail*. Quando submeteu-se ao último transplante, no dia 5 de abril, e descobriu que teria apenas 5% de chances de sobreviver, decidiu deixar tudo encaminhado para que o Epcom pudesse manter as atividades mesmo após sua morte. Em carta, determinou que o *site* de Adelmo Genro Filho e a pesquisa *Os donos da mídia* fossem as prioridades mais imediatas, junto com a recuperação de sua memória.

“Através do Epcom, Daniel morre deixando um legado. Tanto o instituto quanto o AcessoCom são marcos históricos no Brasil e na América Latina. É o Epcom que vem alimentando e vai continuar a alimentar os debates promovidos pela Fenaj e pelo FNDC”, ressalta Osório.

Lucas Amorim

Sua gestão na prefeitura privilegiou povo gaúcho

Durante quase dois anos, do início de 1989 ao final de 1990, Daniel Herz dirigiu o Conselho Municipal de Comunicação da prefeitura de Porto Alegre, na gestão de Olívio Dutra, atual candidato do PT ao governo gaúcho. Instituiu o jornal *Porto Alegre Agora*, um programa de rádio sobre as principais iniciativas da administração petista e um amplo debate acerca da democratização da informação no País.

A Coordenação de Comunicação da prefeitura tinha *status* de Secretaria, mas não funcionava formalmente como uma. Dividia-se em quatro áreas: relações públicas, assessoria de imprensa, projetos especiais e produção para rádio e TV. Como estratégia para divulgar os feitos do mandato de Olívio Dutra e discutir propostas e soluções que estivessem em sintonia com as necessidades e reivindicações sociais, Herz idealizou o semanal *Porto Alegre Agora*, que chegou a uma tiragem de 300 mil exemplares e mais tarde se tornou mensal. Inicialmente, a publicação circulava nos terminais urbanos da capital gaúcha e trazia informações sobre a intervenção da prefeitura no transporte coletivo – medida que visava à municipalização das empresas de ônibus. Depois, o jornal passou a abranger outros temas, bairros e setores da cidade. Pedro Luiz Osório da Silveira, jornalista que atuou como assessor especial do conselho e ajudou a elaborar o *Porto Alegre Agora*, recorda que Herz virava noites produzindo as edições e ia pessoalmente distribuí-las. “Era um tempo atípico, com muito mais militância”, acredita.

Outra medida incentivada por Herz na prefeitura da capital gaúcha foi um boletim informativo veiculado pelo rádio e transmitido no Mercado Público. O programa ia ao ar a cada cinco minutos e noticiava os principais fatos envolvendo o transporte coletivo da cidade. De acordo com Guaracy Cunha, substituto do jornalista na Coordenação de Comunicação e um dos atuais dirigentes do Centro de Educação Popular Camp, em Porto Alegre, Herz começou a achar que o som dos boletins estava alto demais e que isso atrapalhava a circulação de pessoas no local. “Resolvemos, então, baixar o volume e espaçar o tempo dos noticiários”, lembra Cunha, que define o antigo chefe como uma pessoa democrática e aberta ao diálogo e à discussão. “O nome dele era trabalho. Sempre foi muito humano, fraterno, sensível e incansável”, evidencia.

A proposta de centralização e integração da comunicação na prefeitura da capital gaúcha também foi compartilhada pelo jornalista Pedro Osório, que conheceu Herz ainda nos tempos em que ele era estudante da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos), em São Leopoldo (RS). Os dois tornaram-se colegas e viam-se esporadicamente, até que, a convite de Herz, começaram a trabalhar lado a lado. “Daniel era muito exigente nas relações profissionais e muito humano nas relações pessoais. Cobrava prazos e conteúdo, exigia até o nosso limite. Mas também era extremamente compreensivo e solidário; negociava e debatia tudo”, descreve. Companheiro de Herz na militância do extinto Partido Revolucionário Comunista, Osório conta que o amigo era também um homem humilde e corajoso, presente nas dificuldades financeiras e pessoais de quem estimava. “Acima de qualquer coisa, ele sabia lidar com as divergências de opinião”, ressalta.

Osório relembra ainda um episódio daquela época que demonstra o espírito corajoso e inconformado de Herz. Após entrar em conflito com a Brigada Militar, um grupo de sem-terra refugiou-se no prédio da prefeitura para escapar das agressões. Assim que soube, encaminhou-se ao local para impedir a invasão da brigada. Além desse fato, cita a participação do amigo nas reuniões de avaliação da administração municipal, mesmo após a sua saída, e o incentivo dele à criação do primeiro canal comunitário de televisão em Porto Alegre. “Uma de suas principais metas era combater práticas denunciadas, manipulações e monopólios na mídia”, frisa. “Brincávamos que éramos membros do Partido da Democratização da Comunicação”, recorda Osório, que pretende agora recuperar a obra completa de Herz e reunir os textos em livro.

Luna D’Alama

Fórum ataca mídia concentrada

Pioneiro na busca por comunicação mais democrática estimula debates há quinze anos

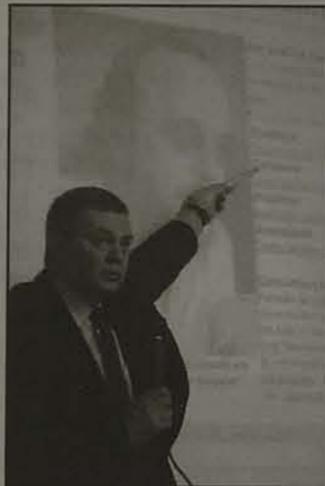
A Assembléia Constituinte se reunia em Brasília, encarregada de elaborar uma nova carta constitucional para o Brasil capaz de dar conta do retorno tranqüilo à democracia. O ano de 1988 passava cheio de expectativas e Daniel Herz e outros pesquisadores perceberam que os grandes grupos de mídia do país migravam da condição de esforçados coadjuvantes históricos da elite para tornar-se a própria classe dominante. A democratização da comunicação, assunto em pauta no momento, ficava comprometida com a crescente força desses conglomerados.

Sentindo a necessidade de criar um movimento nacional, maior do que os jornalistas, capaz de repetir a façanha da adesão popular das eleições diretas, Herz e seu grupo criaram um espaço para pensar a realidade da comunicação e intervir para o seu desenvolvimento. Partindo da Frente Nacional por Políticas Democráticas de Comunicação, um movimento dentro do parlamento, surge em 1991 o Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC), calcado na concepção de Herz de que não há democracia real sem expressivos avanços nessa área.

Ele e outros pesquisadores formularam então, juntamente com a Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj), o documento Proposta da Fenaj para a Sociedade Civil, aprovado como tese da organização. Tomando o documento como base, Daniel e alguns colegas percorreram o Brasil para formatar o FNDC. "Tínhamos um centro que era a executiva e as entidades nacionais envolvidas nisso, mas precisávamos, para ser o fórum que nós queríamos, ter um enraizamento nos estados brasileiros", explica Celso Schröder, atual coordenador-geral. Assim surgem comitês espalhados pelo país, contabilizando cerca de 500 entidades filiadas entre 1992 e 1994.

Uma das visões fundadoras do movimento pretendia organizar a comunicação através de uma única regulamentação chamada Lei da Informação Democrática. Em oposição a essa proposta estava a concepção, partilhada por Herz, de que o FNDC deveria ser uma luta contínua pela democratização, onde não haveria um único mote, em um único aparato legal, diretriz esta que acabou vencedora. "Nós achávamos que atribuir tudo a uma única lei era uma idéia messiânica e legalista e tinha tudo para perder", conta Schröder.

Da idéia rejeitada, o Fórum tirou várias vertentes como a Lei do Cabo, considerada bem-sucedida apesar de mal aplicada, e a Lei de Regionalização da Produção, atualmente esperando o veredito do Senado. Os participantes do FNDC entenderam ser mais fácil incidir sobre pequenos marcos regulatórios bastante específicos. A entidade, formalizada em 1995, atua principalmente na produção de textos e reflexões multidisciplinares. Essa visão, impressa por Herz à militância,



FNDC: respaldo teórico para ação

pretende não reduzir ao ativismo a lógica do movimento e respaldar as ações em fundamentos teóricos, disponibilizados para a sociedade. Schröder aponta que o grande problema do FNDC sempre foi transformar em tática as suas estratégias, devido à tendência da política de transformar suas ações em bandeiras com muita motivação e pouca complexidade.

Refluxo e retomada- Em 1997, o governo FHC passou, através de atitudes como a privatização das teles, a desmantelar os movimentos sociais e a enfraquecer o FNDC. As políticas de comunicação começaram a ser aplicadas a partir de um projeto pela primeira vez na história recente do país, dentro de uma visão de comunicação oposta à do Fórum. Isso coincidiu com o período em que Daniel Herz reassumiu suas empresas no Rio Grande do Sul, afastamento seguido de sua doença. A organização supriu a ausência de um dos seus fundadores fazendo o que ele sempre estimulou: criar grupos que consigam formular teoricamente, conforme as diretrizes do Fórum.

A rearticulação se deu em 2001, juntamente com o processo nacional de desregulamentação da mídia brasileira, com uma grande mudança de postura. A

idéia de ser o grande e único espaço de luta pela democratização da comunicação ficou para trás com o aparecimento de outros grupos políticos, muitas vezes com idéias diferentes. "Estamos dispostos a dialogar e a compor com movimentos que não sejam exatamente iguais a nós, mas que têm algumas características, entre elas a de atribuir à democratização da comunicação uma importância estratégica", pondera. Atualmente, o Fórum está organizado em nove estados e é integrado por 15 entidades nacionais.

O FNDC propôs a criação de um estatuto público para quem trabalha com comunicação. Isso foi uma espécie de diferencial com relação a outros movimentos, que consideram a estratégia pouco revolucionária e optam pela estatização dos meios. A entidade considera esse um caminho perigoso, pois as ditaduras também são estatais e a América Latina já vivenciou a censura durante os anos 60 e 70.

Schröder avalia que o FNDC, do ponto de vista legal e regulatório, teve mais derrotas do que vitórias. Entre os ganhos estão a formação de um movimento nacional pela democratização da comunicação; o conselho de comunicação social, ainda que distorcido da idéia original; e mais recentemente a discussão da TV digital. Herz se dedicou, junto ao Fórum, ao estudo dessa nova tecnologia desde a década de 90 e chegou a esboçar um projeto de lei para a área. "Foi preciso que grande mídia e parte do movimento fossem discutir a TV digital a partir de sua forma mais redutora, que é a da escolha do padrão", lamenta Schröder.

Roberto Saraiva

TESTEMUNHOS

O Daniel vai fazer falta para a Fenaj. Foi um diretor que prestou uma importante contribuição para a entidade. Era solidário, ajudava em todas as situações. Sua ausência dificilmente vai ser preenchida. Eu li, na semana passada, alguma coisa assim: "A melhor maneira de viver os últimos dias ainda é no combate". E foi isso que o Daniel fez. Combateu até o fim. E nos resta reconhecer e seguir naquilo que ele nos deixou, no seu conhecimento.

Sérgio Murillo
Presidente da Fenaj

Acredito que qualquer palavra para definir o Daniel vai ser sempre muito pouco. Ele vai ser sempre lembrado como um grande amigo, um grande jornalista e um mestre para muitos de nós, não só na maneira como ele se comportou intelectualmente em relação aos grandes temas nacionais, mas como uma grande lição de vida. Foi uma pessoa que nunca negou doar. Muito. Do que ele podia e do que ele sabia.

Beth Costa
Ex-presidente da Fenaj

Sinto-me comovida, lembro-me dele indignado, rosto vermelho, fala gaúcha, lúcida, justa, ética, irônica, inteligente, assistando todos - até nós - na defesa da soberania brasileira, dos direitos democráticos e de um desenvolvimento econômico não troglodita, não predador - e lembro-me também do seu sorriso, para nós sempre era doce, de força, incentivo, cumplicidade, acolhimento e aceitação. Saudades de Daniel Herz, que ele esteja na luz!

Berenice Mendes
Cineasta

Camiseta do Grêmio uniu. Postura, não

Sempre convicto de suas opiniões e engajado em sua defesa, Daniel Herz conquistou muito seguidores, mas também alguns desafetos. Um de seus grandes oponentes foi Venício Artur de Lima, sociólogo, jornalista e um dos atuais diretores do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Distrito Federal. Os dois divergiam em duas questões principais: a propriedade cruzada e os oligopólios das empresas de mídia.

Eles se conheceram numa solenidade em Brasília, em 1974, quando Herz ainda era estudante e o professor chefiava o Departamento de Comunicação da Universidade de Brasília (UnB). Na ocasião, Herz confidenciou ao colega o desejo de fazer mestrado na UnB - curso concluído anos mais tarde. Os dois mantiveram uma relação cordial, na universidade e em encontros da Fenaj, até o início da década de 90, período em que se iniciaram as discussões para a criação da Lei do Cabo, destinada a regular as concessões e atividades das emissoras de TV por assinatura.

Na época, houve uma cisão interna na diretoria da Fenaj, com dois grupos defendendo posições distintas. O ponto que provocou os desentendimentos mais profundos foram as negociações com empresários do setor de radiodifusão, as concessões asseguradas a eles e a omissão, na lei, da questão da concentração de propriedade - conglomerados e redes com mais de um meio de comunicação (jornal, revista, internet, televisão e rádio). "Esse item ficou de fora, por discordâncias das companhias de mídia", revela Lima, que era a favor da inclusão dessa cláusula, ao contrário de Herz.

Outro conflito de idéias entre os oponentes veio à tona na metade dos anos 90, em um seminário na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). No encontro, Herz apresentou um documento sobre TV a cabo, publicado posteriormente na revista *Comunicação e Política*, no qual defendia que lutar contra os oligopólios da mídia é ingenuidade, irrealismo, e que eles são benéficos em certa medida porque, quanto menos grupos participarem das discussões, mais fáceis serão os acordos e decisões. "Essa idéia dele me surpreendeu, já que ele passou a defender algo que sempre criticou. A executiva da Fenaj veio a público para deixar claro que aquela não era a opinião da direção", recorda Lima. O sociólogo conta ainda que a declaração de Herz teve uma repercussão grande e negativa entre os jornalistas e pesquisadores do País. Por conta disso, Lima abordou o fato em um editorial da *Comunicação e Política*, da qual era editor, e deu a Herz o direito de resposta. "Porém, ele nunca se manifestou, nunca quis defender suas posições", critica.

Após esse episódio, os jornalistas cortaram relação. "Daniel nunca mais falou comigo. Nossas incompatibilidades eram profissionais e políticas, mas ele misturou as coisas, levou para o lado pessoal", resseñte-se o sociólogo, que lembra do forte contato pessoal e afetivo que um dia os dois tiveram. "Daniel chegou a ir lá em casa para dar uma camisa do Grêmio de presente para o meu filho", revela. O último encontro deles aconteceu na Semana do Livro de Porto Alegre, em 2001, quando ambos fizeram parte de uma mesa-redonda para debater problemas da mídia e da sociedade brasileira. "Só nos cumprimentamos formalmente", descreve.

Apesar dos conflitos ideológicos, Lima admite que Herz foi um grande líder, com uma capacidade de persuasão e mobilização incrível - tanto que outras pessoas deixaram de falar com o sociólogo após o episódio da TV a cabo. "Daniel tinha muitos seguidores, era um militante incansável, batalhador, guerreiro, que lutou até a morte", reconhece.

Luna D'Alama

Digitalização omite função social

Para Herz, isso não ocorreria com a capacitação da sociedade para exigir seus direitos

Em sua última entrevista, publicada dia 13 de maio, o jornalista e escritor Daniel Herz avisou: o Brasil irá retroceder às limitações da era FHC se adotar uma tecnologia para TV digital sem antes definir os objetivos sociais da digitalização. Dia 29 de junho, um mês após sua morte, o presidente da República assinou o decreto para implantação do padrão japonês para o sistema digital de televisão. Publicada pelo boletim e-Fórum, do FNDC, a última entrevista de Herz traz uma análise das possibilidades de democratização da mídia por meio da TV digital, que considerava ser uma “profunda revolução no sistema de comunicação social”. Suas críticas direcionam-se à falta de debate para a digitalização e à inexistência de um projeto para a área midiática no governo Lula. Entre os entrevistados estavam alguns de seus colegas empenhados contra a concentração na mídia. Herz falou por telefone de Little Rock, no Arkansas, Estados Unidos, onde se encontrava para tratamento de sua doença desde o início de 2005.

Celso Schröder (coordenador-geral do FNDC)-
A ministra Dilma Rousseff anunciou aos empresários que o governo deve decidir até o final deste mês [maio] o padrão de TV digital a ser adotado no Brasil...

Daniel Herz- Se isso for confirmado, nós estaremos retrocedendo às mesmas limitações que foram estabelecidas no governo FHC, quando se adotou esta mesma posição, de fazer as definições tecnológicas antes de definir qual é o projeto de digitalização para a televisão brasileira. Ou seja, estabelecer as tecnologias antes de se definir os objetivos sociais

da digitalização. Corresponderia a um retrocesso em relação ao que sinalizou o próprio governo, no início, quando instituiu o Sistema Brasileiro de Televisão Digital (SBTVD). Isso significa que a posição está invertida, ou seja, antes de estabelecer os requisitos e a base de um projeto para a digitalização, vai se escolher a tecnologia. É uma inversão inaceitável que corresponde ao predomínio de interesses de conglomerados de mídia e dos conglomerados internacionais da indústria eletrônica. É um retrocesso que a sociedade não pode aceitar, uma inversão de prioridades que num governo que se pretende democrático e com a participação da sociedade, corresponde a algo desastroso. Portanto, a sociedade deve se manifestar fortemente em relação a isso e o FNDC tem um papel importante nesse vínculo, para expressar essa inconformidade e tentar, ainda, reverter este processo. Desde o início dos debates públicos sobre este tema no Brasil, o FNDC e a Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj) foram as primeiras vozes que levantaram o problema dessa inversão, ainda no governo FHC, mas infelizmente esse problema ainda



Em 84, já se preocupava com as transformações tecnológicas que conduziram ao seu interesse pela digitalização da TV

persiste. Não está havendo sensibilidade para que esta inversão seja evitada, ou seja, para que antes da decisão da tecnologia se estabeleçam os objetivos e as bases do projeto para a digitalização.

Gabriel Priolli (presidente da Associação Brasileira de Televisão Universitária)- Como você avalia o processo atual de discussão da TV Digital, comandado pelo ministério das Comunicações? O que fazer para que haja democratização do acesso à

TV na implantação dessa tecnologia no Brasil?

DH- Na gestão do ministro Miro Teixeira nas

Comunicações foi instituído o SBTVD, pelo decreto 4.901, que abriu para a sociedade um espaço inédito de participação no processo de definição sobre TV Digital. Houve a criação do Comitê Consultivo, integrado pelos mais diversos setores da sociedade civil, incluindo o setor empresarial, profissionais do setor e outras entidades da sociedade civil. Entretanto, após a saída do ministro Miro Teixeira, o Comitê Con-

sultivo foi sendo progressivamente esvaziado e, mais do que isso, acabou sendo sabotado por dentro e por fora. Por dentro, especialmente pelos setores de mídia, enfatizado pela ação da Globo, descaracterizando o papel que havia do Comitê. Então, o processo como um todo culminou com a criação de um comitê paralelo, com o ministro Hélio Costa reunindo-se exclusivamente com o empresariado. Então, o Comitê Consultivo, que deveria emitir um parecer sobre as definições que estavam sendo feitas no SBTVD pelas outras duas instâncias (Comitê de Desenvolvimento e Grupo Gestor),

sequer recebeu os documentos necessários para fazer isso. O final do trabalho, com as necessidades que foram encaminhadas pelo presidente da República não cumpriu os requisitos do decreto, marginalizando o espaço reservado para a participação da sociedade e impedindo que fosse cumprido o decreto presidencial. Então, é um processo de discussão que foi truncado por uma opção que vem dominando historicamente na mídia brasileira. A democratização do acesso à implantação dessa tecnologia exige que este debate tenha participação e leve em consideração as diversas demandas existentes na sociedade.

GP- Muita gente que luta pela democratização da mídia no Brasil faz uma crítica radical à iniciativa privada nessa área. **Nega qualquer possibilidade de que a mídia privada atue democraticamente e só vê possibilidades de democracia na mídia sob controle público. No entanto, esses críticos nunca chegam a levantar a bandeira da expropriação e estatização dos meios de comunicação. Ficam na denúncia da mídia privada e na exaltação da mídia pública, agindo de forma ideológica e acrítica. Como você avalia essa posição?**

“A mídia tem função pública”

Ela é construtiva? Faz sentido demonizar a mídia privada, sem propor caminhos para que ela seja reformada e democratizada? Democratização da comunicação significa democratizar toda a mídia.

DH- Não se trata de criar alternativas à estrutura dominante, não se trata de fazer com que estas estruturas que são basicamente privadas atendam aos requisitos da sociedade quanto a uma função social que é inerente à função da Comunicação Social. Os veículos de comunicação social atuam como agentes do processo de socialização que exercem determinações sobre a cultura, a política, a economia, e portanto os veículos de comunicação, com toda a liberdade que têm que ter, de expressão dos mais diversos setores sociais, devem atender aos requisitos correspondentes a essa função social. Não se trata de estabelecer, criar em contrapartida a esse sistema privado que existe, somente um sistema alternativo. Mesmo os veículos privados devem atender a esses requisitos correspondentes a essa função social. E essa função deve ser estabelecida como um pacto entre a sociedade e os veículos de comunicação. Isso precisa ser feito. Quando falamos que os veículos devem atender a requisitos mínimos, significa que é mais um comportamento do veículo do que a natureza da sociedade. Todo veículo de comunicação tem uma função pública, e independente da propriedade, se é privada ou estatal, podem ser democratizados. Isso não está reconhecido nem pela sociedade, como deveria, nem tampouco pelos veículos, e portanto a inexistência desse pacto e dessas definições fazem com que a atuação antidemocrática dos grupos de comunicação aconteça e muitas vezes não seja percebida pela sociedade. Como função social, nós entendemos o atendimento às demandas de conteúdo da população brasileira, o que está inclusive sustentado constitucionalmente, estabelecendo os direitos da sociedade a ter acesso a entretenimento, lazer, informação cultural, comunicação e capacitação e promoção da cidadania. Nessas quatro áreas, é preciso que os sistemas de comunicação, como um todo, respondam às necessidades da sociedade. Isso diz respeito à função social dos veículos de comunicação, que deve ser estabelecido. Isso não implica restrição ao conteúdo ou à liberdade de expressão, que deve ser a mais ampla possível, mas ao atendimento e ao cumprimento do papel social que cabe aos veículos de comunicação social.

Sérgio Murillo de Andrade (presidente da Federação Nacional dos Jornalistas)- Por que a centralidade na questão da digitalização das transmissões de TV e rádio?

DH- Com a digitalização nós teremos uma profunda revolução no sistema de comunicação social como um todo, dado o enorme potencial que nós verificamos atualmente nos sistemas especialmente de mídia eletrônica no Brasil sejam resolvidas. Portanto trata-se das definições que vão estruturar as questões de mídia nos



SBTVD: decreto previa atuação da sociedade e não foi cumprido

“Os rumos da convergência digital ainda estão abertos às definições da sociedade”

próximos 10 ou 20 anos. Essa é a questão mais importante, atualmente, na luta pela democratização da comunicação. Não menosprezando a questão do rádio, que tem sido pouco acompanhado pela sociedade e tratado de forma extremamente restrita pelo ministério das Comunicações, à margem do debate público e gerenciado exclusivamente pelo empresariado do setor. Ao contrário da televisão, em que as atuais empresas receberão uma outra frequência para operar em paralelo enquanto se processa a transição para as transmissões digitais, no rádio os empresários declinaram do recebimento de uma outra frequência porque a transmissão digital pode ser feita na mesma frequência onde se operam as transmissões analógicas. Isso porque a transmissão digital de áudio é bem menos pesada do que a televisão. O que significa isso? Ao ficar com a frequência que atualmente ocupa e não serem alocados para uma outra faixa de frequência, os radiodifusores estão bloqueando a entrada de novas emissoras, que poderia ser feito com uma nova repartição das frequências. Porque uma mesma frequência permitiria uma série de transmissões de outras emissoras, simultaneamente. Ou seja, ao ficar com a mesma frequência num espectro já convencionado, nos principais centros urbanos, está se impedindo que dezenas de outras emissoras possam ser abertas, de modo a diversificar e estabelecer, não somente concorrência, mas outras oportunidades de expressão para a sociedade. Esse é apenas um exemplo de como a digitalização transforma os sistemas e inclui um potencial de ampliação da diversidade de manifestação da sociedade.

Murilo César Ramos (coordenador do Laboratório de Políticas de Comunicação da Universidade de Brasília)- Desde que discutimos, elaboramos e fizemos elaborar a Lei de TV a Cabo, falamos em convergência. Para você, o que é convergência, e que rumos econômicos, políticos, técnicos e culturais ela tomará nos próximos, vamos dizer, dez anos?

DH- Para os fins do debate que interessa publicamente, a convergência poderia ser definida como uma crescente integração entre os serviços de comunicação social e de telecomunicações. Trata-se de um processo que está aberto, em disputa. O Brasil é um cenário típico para esta disputa, onde as empresas de telecomunicações se apresentam como potenciais concorrentes das empresas de comunicação social e tentam vencer as barreiras constitucionais que estabelecem que as transmissões de conteúdo só podem ser feitas pelas empresas de comunicação social. Por outro lado, a existência das empresas de mídia, mais especificamente rádio e televisão, tenta preservar seu espaço. Este é um cenário que exemplifica com muita clareza as disputas em torno da convergência entre telecomunicações e comunicação social que o incremento tecnológico possibilita. O impacto disso será enorme sobre todos os cernes da vida social, no campo da economia, da política, da cultura, e, portanto, trata-se de uma disputa que a sociedade deve não só acompanhar, mas intervir, procurando estabelecer os requisitos para ambos os setores e afirmar esta função que é inerente à transmissão de conteúdo, e que está por ser estabelecida. Então, eu diria que os rumos no Brasil ainda estão em aberto e que a sociedade tem que estar presente nestas definições, dada a magnitude deste processo, e das suas implicações sobre a economia, a cultura e a política deste país.

SMA- Qual é o resultado da comparação entre os governos Lula e FHC, em relação ao setor de comunicação?

DH- O governo Lula não mostrou a existência de um projeto estratégico para a área de comunicação social, apesar das inúmeras propostas que emergiram neste sentido, inclusive do FNDC, que apresentou um projeto para desenvolvimento da comunicação social no Brasil, e, embora tivesse sido aprovado pelo PT, essa proposição, nas definições programáticas, sequer foi divulgada publicamente e muito menos implementada. Não tivemos a transformação que poderíamos ter feito, tanto no sentido do desenvolvimento mais saudável, do ponto de vista econômico e democrático do sistema privado e também dos sistemas público e estatal, como estabelece a Constituição. Portanto, não tivemos transformações significativas no setor de comunicação social. Em relação ao debate da digitalização, a criação do SBTVD não foi cumprida, porque o próprio decreto que estabelecia a participação da sociedade não foi cumprido. É um processo que ainda está inconcluso, que pode ser ainda

revertido, mas a verdade é que prosseguiu uma insensibilidade do governo em relação à importância da comunicação social e das possibilidades do governo federal de estabelecer ações que pudessem ampliar o grau de democratização dos sistemas no Brasil.

Berenice Mendes Bezerra (cineasta e membro do Conselho de Comunicação Social)- Mesmo considerando as conquistas já obtidas pela sociedade civil frente à necessidade de democratização dos meios de comunicação, muito trabalho há para ser feito, onde talvez os mais urgentes sejam a regulamentação do art. 221 da CF, a Lei Geral de Comunicação Social Eletrônica, a Nova Lei de Imprensa e, é claro, a instalação do SBTVD com efetiva participação da sociedade. São temas complexos que demandam preparo especializado. Como você pensa que podemos enfrentar a crônica dificuldade de formação, manutenção e aperfeiçoamento de quadros para esta verdadeira luta em nosso campo?

DH- Desenvolvimento de quadros para que a sociedade tenha condição de participar nas definições sobre comunicação social é uma das questões críticas. O FNDC tem se preocupado com isso, mas temos que reconhecer que ainda estamos muito aquém das necessidades existentes, ou seja, é preciso que a sociedade civil esteja atenta a esta questão e também à possibilidade de intervenção nestes processos. A capacitação da sociedade é um aspecto fundamental na luta pela democratização. Aliás, este é um dos quatro eixos da tese do Fórum: a capacitação da sociedade e do cidadão para se posicionar diante da mídia e dos sistemas de comunicação social.

BMB- Temos um quadro, atualmente, onde mais de 30% dos parlamentares federais são radiodifusores. Como avançar na regulação necessária sem “esquartejar” intenções da sociedade na arena de negociações do Congresso? E como evitar o rolo compressor da bancada radiodifusora no exercício de seus interesses corporativos?

DH- A melhor possibilidade que se tem para evitar o particularismo de determinados interesses é fazer com que esse debate seja realizado em público, para que possa haver um equacionamento de interesses além do interesse público. Portanto, tirar dos bastidores e expor a público, para que os interesses se expressem, mas que não predominem por meios escusos ou simplesmente sem se expressar completamente. O Conselho de Comunicação Social é um exemplo de como se pode expor estes interesses e fazer com que eles sejam sujeitos a debate público e as suas demandas sejam dos mais diversos setores, tanto empresariais como profissionais, da sociedade civil, sejam equacionadas além de interesse público.

BMB- O que você pensa das iniciativas continentais como a Telesur venezuelana? Qual a diferença dela com o Canal Brasil da Radiobrás?

DH- O Canal Brasil da Radiobrás expressa uma manifestação da comunicação social do Estado brasileiro, o que é algo legítimo, uma forma de comunicação de governo com a sociedade. Representa a instituição, que estabelece as instâncias do sistema privado, estatal e público. O Canal Telesur, da Venezuela, se apresenta como canal público, que não se restringe às expressões estatais. Entretanto, isso não se verifica porque para que ele realmente fosse público, deveria ter a representação da sociedade, deveria ser dirigido por uma associação da sociedade civil, dos países integrantes do projeto Telesur. Na verdade, a Telesur acaba sendo um canal com um perfil estatal, o que é uma opção, mas não podemos confundir um canal de expressão do estado, com um canal de expressão pública, que exigiria uma participação ampla da sociedade civil.

Juliano Maurício de Carvalho (diretor do Fórum Nacional de Professores de Jornalismo)- Nos últimos anos, o FNDC tem atuado muito mais como uma instituição que como um movimento. Você avalia isso como um estágio de amadurecimento ou vislumbra no Fórum um novo modelo de organização?

DH- O FNDC representa um novo tipo de organização da sociedade em relação à luta pela democratização da comunicação, que sempre foi muito fragmentada. Desde que surgiu, em 1991, o Fórum nunca pretendeu ser uma representação exclusiva da comunicação, mas sim como representação de um conjunto de setores da sociedade civil, que tem um projeto para a democratização da comunicação. Então, a sua

“Um dos objetivos do FNDC é capacitar o cidadão para se colocar diante dos MCM”



TV paga: direito de pacote tabelado não é assegurado ao cidadão

consolidação como uma estrutura institucional normal nunca descaracterizou o seu perfil de movimento porque não só a integração dos mais diversos setores, promovida pela sua composição, mas sempre esteve pronto para angular com outros movimentos que atendem pela democratização da comunicação. Ao não se pretender um agente exclusivo, em número de oportunidades o Fórum demonstrou que tem condição de atuar como vanguarda no movimento social da luta pela democratização da comunicação, e o seu perfil institucional representa uma consolidação da importância que as entidades que o integram estabelecem, ou seja, que as entidades que compõem o Fórum entendem que sem uma estrutura minimamente estabelecida, profissionalizada até, não há condição de que se cumpra aquilo que o Fórum se propõe, ou seja, a capacitar a sociedade para tratar de igual para igual com o Estado e com o setor privado, como um agente da sociedade que tem os mínimos elementos técnicos econômicos, que permitem à sociedade a participação no debate e a disputa nas definições que estão em curso no setor de comunicação social. Então, para que a sociedade trate de igual para igual com o setor privado e o Estado, é preciso que o Fórum se capacite como instituição e com condições de fazer frente às necessidades de dominar os assuntos.

JMC- Você acredita que os projetos de inclusão digital que estão sendo implementados no Brasil, quer seja pelos governos, pela iniciativa privada ou pelo Terceiro Setor, apontam para uma construção efetiva da cidadania digital nesse país?

DH- Existem projetos de bastante qualidade desenvolvidos por diversos governos estaduais e municipais e também algumas definições do governo federal que são bastante promissoras. Mas o que se percebe ainda é uma falta de integração nestes projetos e, sobretudo, a falta de uma visão estratégica sobre o conjunto do desenvolvimento da digitalização no país. Por exemplo, o acesso à cidadania digital exige não só equipamentos de informática como também, principalmente, acesso a redes de banda larga. Só pra citar um exemplo da falta de estratégia do governo federal, nós constatamos que os serviços de TV a cabo, atualmente, que têm dois milhões de assinantes, têm os cabos instalados na frente de mais de 11 milhões de domicílios. Isso porque não é cumprida a Lei da TV a Cabo, que estabelece o direito do cidadão de ter acesso aos serviços de TV a cabo, portanto, às redes de banda larga, com a assinatura de um pacote básico, que segundo estabelece a regulamentação, poderia ser até seu valor tabelado pelo Poder Executivo. No entanto, este direito não é assegurado ao cidadão. Isso mostra como a possibilidade de acesso à rede de banda larga, portanto, à objetiva cidadania digital, não está garantida. Temos um longo caminho ainda a percorrer, em termos de inclusão digital, entendendo que inclusão digital significa não só disseminação de equipamentos, mas, sobretudo, acesso às redes que permitam essa inclusão.

“A Lei do Cabo não é cumprida”

As memórias de um velho amigo

Ministro Tarso Genro resgata fatos e episódios políticos que vivenciou com Daniel Herz

Uma pessoa inquieta e com grande capacidade de liderança. É dessa forma que Tarso Genro, ministro das Relações Institucionais, define o amigo e primo Daniel Herz. Unidos também pelos mesmos ideais políticos, fundaram o Partido Revolucionário Comunista e foram donos do *Jornal da Informação*, que fazia denúncias de tortura no Rio Grande do Sul, em meados da década de 70. Em entrevista exclusiva concedida ao *Zero*, Genro lembra com nostalgia dos episódios pelos quais passaram juntos e comenta sobre o empenho social e democrata que Daniel demonstrou ao longo de toda carreira.

Zero- Como avalia a atuação política de Daniel?

Tarso Genro- O Daniel era não só uma pessoa com uma inteligência muito superior à média. Provavelmente ele fosse da mesma estatura intelectual e da mesma inteligência do meu irmão, Adelmo Genro. Ambos estavam muito à frente de todos nós da época, seja do PRC [Partido Revolucionário Comunista], seja quando a gente militava juntos nas disputas teóricas e políticas do meio da intelectualidade. Era uma pessoa extremamente preparada, um teórico qualificado da comunicação, e foi uma pessoa que exerceu uma grande influência sobre a geração dele. Em última análise, deu uma grande contribuição ao país não somente nas questões de natureza teórica, mas também sobre as questões políticas relacionadas com a democratização dos meios de comunicação no Brasil.

Z- E qual que foi a participação de Daniel no Partido Revolucionário Comunista?

TG- Nós praticamente viemos da Nova Esquerda do PC do B, fundamos o PRC e dissolvemos essa experiência em 1989. Ao longo desse processo, o Daniel sempre esteve junto, gritando conosco e tendo uma importância grande no processo de organização partidária e na ação política que desenvolvemos fortemente no fim do regime militar.

Z- O Daniel vinha de uma família com tradição comercial e ao mesmo tempo era muito ligado ao social. Como vê isso?

TG- O Daniel sempre foi uma pessoa com uma formação democrática muito grande, uma pessoa muito ousada para pensar. Militamos no PRC. Abordamos juntos também a nova etapa da militância, eu, ele e Adelmo e outros companheiros como José Genoíno a partir da consolidação do PT no cenário político do país, a partir da metade da década de 80, quando nós finalizamos essa experiência do PRC e a queda do Leste Europeu. O desmascaramento de toda a teoria e a ideologia do stalinismo nos levou para uma postura, que nós na época chamamos de Nova Esquerda que redundou numa visão renovada do socialismo democrático. O Daniel é filho de uma família rica. O pai dele, Walter Herz, era muito rico, era um dos grandes comerciantes da área comercial exportadora e importadora do Brasil. O Daniel teve uma relação com o pai em um certo período um pouco instável em função dessa visão, mas o pai dele era também uma pessoa com uma visão social extraordinária dentro de sua empresa. Nos últimos dez, quinze anos, eles pelo menos se reencontraram no ponto de vista intelectual. Nunca romperam do ponto de vista afetivo e o Daniel passou a ter também influência so-

bre os negócios do pai dele sem deixar a sua militância. Por exemplo, a estrutura de proteção social dos empregados das Ferramentas Gerais, que agora já foi vendida, era uma estrutura exemplar. Foi provavelmente a primeira empresa do Rio Grande do Sul que instituiu a participação nos lucros dos empregados, assim também como um sistema médico, odontológico e jurídico de apoio. Tudo isso aí, eu tenho convicção, foi decisão do pai dele, mas sempre teve uma grande influência do Daniel. Ao longo da maturidade dele, que coincide com toda essa transição que nós fizemos juntos, a relação com o pai dele foi uma relação extraordinária e os dois, embora pensassem diferente do ponto de vista político, se gostavam muito e foram amigos até o fim.

Z- Acompanhou a luta do Daniel pela democratização dos meios de comunicação?

TG- Acompanhei, mas de maneira genérica. Quem acompanhava isso mais de perto era o Adelmo, que era também do ramo. Eu sei da importância que ele teve nesse processo, pois a gente conversava sobre esse assunto, mas não tenho condições de fazer um relato sobre isso porque não era a minha interlocução com ele.

Z- Qual foi o episódio mais interessante durante a sua convivência com o Daniel?

TG- Nós tivemos na década de 70 o *Jornal da Informação*. Quem dava sustentação política e material desse jornal era principalmente eu e o Daniel. Eu, porque tinha um escritório de advocacia forte, tinha algum recurso e o Daniel, porque tinha fortuna pessoal na família. Esse jornal teve trinta e poucos números. Foi o primeiro jornal na década de 70 que denunciou abertamente torturas no Rio Grande do Sul, inclusive colocando o Fleury [delegado Sérgio Fleury, ícone da tortura] como denunciado, o que era um risco extraordinário naquele período. No fim do jornal, quando já estávamos mal financeiramente, o Daniel que assinou cheques para pagar as gráficas e os credores – que depois todos foram pagos, porque em determinado momento não tinham fundos. Então o que ele fazia para ganhar 48 horas? Ele fazia uma assinatura diferente daquela que estava registrada no banco para o cheque voltar e no meio tempo nós arrumávamos o dinheiro e pagávamos. Ele tinha esta agilidade também para resolver problemas práticos, o que sempre caracterizou a personalidade dele.

Z- E o que destacaria no caráter do Daniel?

TG- O Daniel era uma pessoa extremamente inquieta, uma pessoa estudiosa, extremamente organizada e com uma capacidade de liderança muito grande. No grupo em que ele entrava, normalmente criava uma referência de liderança muito importante porque era uma pessoa muito persuasiva e também extremamente inteligente. Todas as lembranças que eu tenho dele são extraordinárias, não só como meu parente, meu amigo, mas também como companheiro de luta, de jornada, e que contribuiu extremamente no pensamento renovador da esquerda nesse período todo.



Ousado para pensar, ampliou a dialética renovadora da esquerda

Entrevista por Diogo d'Avila

ZERO